



# Diário OFICIAL Assembleia

## Poder Legislativo Estadual

Edição nº 1.029 | 18ª Legislatura | Publicação nº 024 | 12 páginas  
Curitiba, Segunda-Feira, 29 de Fevereiro de 2016

### Mesa Executiva

<b>DEPUTADO JONAS GUIMARÃES</b> 1º Vice-Presidente	<b>DEPUTADO ADEMAR LUIZ TRAIANO</b> Presidente	<b>DEPUTADO ADELINO RIBEIRO</b> 3º Secretário
<b>DEPUTADO ANDRE BUENO</b> 2º Vice-Presidente	<b>DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES</b> 1º Secretário	<b>DEPUTADO JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO</b> 4º Secretário
<b>DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO</b> 3º Vice-Presidente	<b>DEPUTADO ADEMIR BIER</b> 2º Secretário	<b>DEPUTADO NEY LEPREVOST</b> 5º Secretário

### Lideranças

Líder do Governo .....	Deputado Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Deputado Requião Filho
PMDB .....	Deputado Nereu Moura
PSD .....	Deputado Luiz Carlos Martins
DEM .....	Deputado Elio Lino Rusch
PT .....	Deputado Professor Lemos
PDT .....	Deputado Nelson Luersen
PSDB .....	Deputado Francisco Buhner
PSC .....	Deputado Leonaldo Paranhos
Bloco - PRB,PPL,PSL,PV .....	Deputado Edson Praczyk
Bloco - SD,PP,PMN .....	Deputado Felipe Francischini
Bloco - PPS,PTB,PSB .....	Deputado Tião Medeiros

### Representação Partidária

**PSC** - Alexandre Guimarães, Cláudia Pereira, Cobra Repórter, Gilson de Souza, Guto Silva, Hussein Bakri, Marcio Nunes, Claudio Palozzi, Paranhos, Evandro Araújo, Ricardo Arruda, Reichembach. **PMDB** - Ademir Bier, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior. **Jonas Guimarães**, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Moura, Requião Filho. **PSDB** - Ademar Traiano, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Buhner, Mauro Moraes, Paulo Litro. **DEM** - Elio Lino Rusch, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães. **PDT** - André Bueno, Fernando Scanavaca, Márcio Pauliki, Nelson Luersen. **PT** - Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri. **PSD** - Chico Brasileiro, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost. **PSB** - Gilberto Ribeiro, Tiago Amaral. **PPS** - Cristina Silvestri, Tercílio Turini. **PP** - Maria Victória, Schiavinato. **PV** - Rasca Rodrigues. **PRB** - Pastor Edson Praczyk. **PSL** - Adelino Ribeiro. **PMN** - Dr. Batista. **PTB** - Tião Medeiros. **SD** - Felipe Francischini. **PPL** - Márcio Pacheco.

### Deputados Licenciados

**PSC** - Ratinho Júnior, **PPS** - Douglas Fabrício

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)



# PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

## Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Diretor - Geral .....	Roberto Costa Curta
Procurador - Geral .....	Flavio Luis Coutinho Slivinski
Secretário - Geral da Presidência .....	Harry França Junior
Diretor Legislativo .....	Dylliardi Alessi
Diretora Administrativa .....	Marinês Picinin Raimundi
Diretor de Pessoal .....	Bruno Perozin Garofani
Diretor de Apoio Técnico .....	Cléber Cavalli
Diretor de Assistência ao Plenário .....	Juarez Lorena Villela Filho
Diretor Financeiro .....	João Ney Marçal Junior
Controladora Geral .....	Flávia Malucelli Baltazar
Ouvidor Geral .....	Caíto Quintana

**Praça Nossa Senhora de Salete, s/n - Curitiba - PR - CEP 80.530-911**

**Telefone 41 3350.4000**

## Sumário

Sessões Plenárias .....	03
Processo Legislativo .....	11
Publicações Administrativas .....	12

## Sessões Plenárias

## Sessão Ordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Sessão Ordinária do dia 24 de fevereiro de 2016 - Ata n.º 8

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PMDB), Alexandre Guimarães (PSC), Andre Bueno (PDT), Anibelli Neto (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Chico Brasileiro (PSD), Claudia Pereira (PSC), Claudio Palozzi (PSC), Cobra Repórter (PSC), Dr. Batista (PMN), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Evandro Junior (PSDB), Felipe Francischini (SD), Fernando Scanavaca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Guto Silva (PSC), Hussein Bakri (PSC), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Marcio Nunes (PSC), Márcio Pacheco (PPL), Marcio Pauliki (PDT), Maria Victória (PP), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Pastor Edson Praczyk (PRB), Paulo Litro (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Rascia Rodrigues (PV), Reichembach (PSC), Requião Filho (PMDB), Schiavinato (PP), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PPS), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (48 Parlamentares). À hora regimental o Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Srs. Deputados **Plauto Miró** (1.º Secretário) e **Ademir Bier** (2.º Secretário), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da 8.ª Sessão Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 18.ª Legislatura. O Sr. 2.º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 7, de 23/2/2016), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1.º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

**EXPEDIENTE:** (Documentos originais sob a guarda das Comissões e Diretorias.) **Mensagem:** (Encaminhada à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo n.º 538/2016**, Mensagem n.º 9/2016, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa a Proposta de Emenda Constitucional (autuada sob o n.º 1/2016), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 94 da Constituição Estadual.

**Ofício:** (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo n.º 539/2016**, Ofício n.º 170/2016, do Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando a Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei (autuado sob o n.º 55/2016), que altera o art. 136 da Lei n.º 16.024, de 19/12/2008, que estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Finda a leitura do Expediente. A nossa Sessão de hoje é uma Sessão Especial, em cumprimento à Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 9.º, § 4.º, e declaro, neste momento, aberta a **Audiência Pública de Prestação de Contas do Terceiro Quadrimestre de 2015 da Secretaria da Fazenda**. Solicito à Mestre de Cerimônias que faça a leitura dos nomes dos ilustres convidados na Casa.

**MESTRE DE CERIMÔNIAS:** Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. Anunciamos e agradecemos a presença do Sr. Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário da Fazenda do Estado do Paraná; da equipe técnica convocada para participar da Audiência Pública: Sr. Celso Tadeu, Chefe de Gabinete da Secretaria da Fazenda; Sr. Gilberto Calixto, Diretor da Coordenação da Receita do Estado; Sr. Euwaldo Luiz Baldez, Assessor de Gabinete; Sr. Eduardo Moreira, Procurador de Estado do Núcleo Jurídico da Sefaz; Sr. João Otávio, Coordenador da Coordenação Administrativa e Financeira do Estado; Sr. Francisco Inocêncio, Coordenador da Coordenação de Assuntos Econômicos; Sr. Edemilson José Pego, Contador Geral da Sefaz; Sra. Maria de Fátima, Coordenadora do Escritório de Gerenciamento de Projetos da Coordenação da Receita do Estado; Sra. Marli Iacomini, Assessora de Imprensa; Sr. Júlio Cezar Souza, Fotógrafo; Sr. Ademir Furlanetto, do Conselho de Contribuintes; Sr. Carlos Meirelles, do Controle Interno da Sefaz; Sra. Bruna Kowalski, Técnica da Divisão de Controle da Receita e da Dívida Pública; Sra. Raquel Karina Loch, Técnica da Divisão de Controle da Receita e da Dívida Pública; Sra. Suzane Dobjenski, Inspetora de Arrecadação; e Sra. Ana Beatriz, Secretária da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa do Paraná. São esses os nossos convidados, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Agradecemos a presença de toda a equipe técnica da Secretaria da Fazenda, bem como do nosso ilustre Secretário Mauro Ricardo. Tenho a satisfação de passar a palavra, nesse momento, ao Secretário Mauro, por 30 minutos de apresentação e mais 15 de prorrogação, só podendo ser apartado durante a prorrogação de 15 minutos. Abro as inscrições para os Parlamentares que queiram, após as explanações do Secretário, fazer as perguntas, ou tirar dúvidas em relação à prestação de contas. Então, o Secretário fala daqui, ou fala lá embaixo? Pois não.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Primeiro, queria cumprimentar o Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Traiano e Deputado Plauto, 1.º Secretário e a todos os Parlamentares presentes, os dirigentes da Secretaria da Fazenda, imprensa, senhoras e senhores presentes e dizer novamente da satisfação de estarmos na Casa do Povo, para poder prestar contas em relação ao que ocorreu no exercício de 2015. Dois mil e quinze foi um ano muito difícil, onde tivemos de fazer um grande ajuste fiscal, promovendo ações para o incremento de receita, para redução de despesa, renegociação de dívidas e melhoria de gestão, de tal forma que pudéssemos gerar resultados importantes, para poder quitar compromissos de exercícios anteriores, não deixar dívidas de 2015 para os exercícios seguintes e gerar também uma capacidade de investimentos importantes para os exercícios seguintes. Foi isso que fizemos em 2015 e contamos com o apoio muito grande dos Parlamentares da Assembleia Legislativa, no aperfeiçoamento dos inúmeros Projetos que foram aqui aprovados, que propiciaram os resultados que vamos apresentar a seguir. Então, quero neste momento agradecer a todos os Parlamentares da Assembleia Legislativa pela contribuição que deram a esse ajuste fiscal promovido no Estado do Paraná, que criou um diferencial muito grande. Se olharmos o que está acontecendo no Brasil, seja na União, ou nos diversos Governos Estaduais e Municipais, hoje o Paraná destaca-se em relação a isso, com crescimentos de receita e com redução de despesas significativas e com a capacidade de investimento muito maior do que as diversas outras Unidades da Federação. Então, quando muitos estão tendo dificuldades, inclusive, de pagamento de pessoal e encargos sociais, eu, que participo de reuniões constantes com vários Secretários Estaduais da Fazenda, tenho ouvido relatos desses Secretários que demonstram que alguns já não têm capacidade de pagamento de pessoal; outros não terão em maio, junho, julho, ou seja, teremos ainda pela frente uma piora significativa nas finanças diversas na unidade da Federação. O que não ocorrerá com o Estado do Paraná, o Estado do Paraná fez o seu dever de casa com relação ao ajuste fiscal. Enquanto outros olhavam para o Estado do Paraná e riam em relação ao que acontecia aqui em 2015, hoje estão chorando em 2016, sem recursos sequer para pagar sua folha de pessoal. Então, acho que é importante termos orgulho, todos nós que ajudamos a alcançar os números que serão aqui apresentados. Vamos apresentar os números do terceiro quadrimestre, ou seja, os números fechados de 2015, comparando com o que ocorreu em 2014, cumprindo exatamente o que está estabelecido na Lei Complementar n.º 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Vou apresentar primeiramente as receitas, posteriormente as despesas. As receitas e despesas, o regime próprio de Previdência do Estado e os resultados e a dívida de todos os limites que são estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal ou de Resoluções do Senado e como alcançamos e nos comportamos em relação a esses indicadores. Em relação à receita total, podemos observar a receita de 2010 de R\$ 21 bilhões e 600 milhões, chegamos em 2015 com uma receita de R\$ 38,4 bilhões. Ou seja, a nossa receita em 2015 é quase 78% maior do que aquela de 2010 e quase 12% maior do que a de 2014. A nossa receita corrente cresce aproximadamente 2.3 real em relação ao mesmo período de 2014. E se expurgarmos as transferências a Municípios, porque como cresceram as receitas cresceram também as transferências a Municípios, temos uma transferência de um pouco mais de 2.3 e as despesas nossas caindo em torno de 7.7%. Nas receitas de capital tivemos um pequeno decréscimo em relação a 2014, exatamente por conta de ajuste fiscal. Tivemos que sacrificar investimentos no Estado para poder, logicamente pagar compromissos de exercícios anteriores. A prioridade do Governo foi pagar compromissos de exercícios anteriores antes de fazer novos investimentos, que serão feitos neste exercício. Em relação às receitas correntes, podemos observar um crescimento grande da receita tributária de 2005 para 2010 com mais de 30%, e em termos reais em relação a 2014, um crescimento de 3.42%. A receita patrimonial teve um pequeno decréscimo, por conta da base de 2014, ainda estava na base de 2014 a administração dos Portos estava aqui como autarquia e posteriormente transformou-se em uma empresa, saindo do orçamento fiscal. Se expurgarmos a administração dos Portos, nós temos também um crescimento significativo na receita patrimonial, exatamente por nós termos aumentado as nossas disponibilidade de caixa e consequentemente temos uma melhor aplicação ou melhor rendimento em relação às aplicações das nossas disponibilidades. A receita agropecuária, também tivemos um crescimento significativo, por conta do Instituto de Florestas que passou a cobrar pela venda de mudas e diversos outros insumos, na receita industrial também tivemos um acréscimo significativo por conta da Tecpar, da venda de vacinas antirrábicas que não eram vendidas em 2014. Ou seja, as receitas tiveram um comportamento significativo. Então, tivemos um crescimento real de 2.3% em nossa receita corrente, o que é extremamente significativo em relação ao que está ocorrendo no restante do Brasil. Podemos ver a composição das nossas receitas correntes, onde quase 70% advêm de tributos e de transferências de terceiros, apenas 11,3, ou seja, 89% das nossas receitas basicamente são receitas próprias auferidas no Estado e apenas 9%, 11%, 11,3% são receitas transferidas de terceiros. Então, a maior parte da nossa arrecadação depende do movimento econômico do Paraná. Em relação ao orçamento fiscal dividido entre receitas próprias e de terceiros, conforme falei anteriormente, basicamente 89% das nossas receitas são receitas próprias. Apenas 11% advêm de receita de transferências de terceiros, elas estão aqui como receita de transferência de terceiros. Ainda bem, porque as receitas transferidas de terceiros, oriundas da União, todas elas tiveram decréscimos significativos em 2015 e vocês podem observar que 89% são receitas próprias e 11% receitas de terceiros. Na receita tributária o comportamento significativo em relação ao ICMS com crescimento de R\$ 2 bilhões de 2014 para 2015, crescimento significativo e também do IPVA, do ITCMD, do imposto de renda retido na fonte, ou seja, o comportamento da receita tributária foi um comportamento que correspondeu a todas as medidas que foram aprovadas por esta Assembleia, implantadas pela Secretaria da Fazenda e que propiciaram que nos diferenciássemos em relação ao Brasil. Na receita tributária, vocês podem observar que o ICMS que representa quase 78% é ICMS, 7,8% é imposto de renda retido na fonte e 13,5% do IPVA, as taxas são muito pequenas. Aqui, o nosso grande problema são as transferências. Vocês podem observar que as transferências federais caíram de 2015 para 2014 quase 2%. Onde caiu mais? No fundo de participação dos Estados. Aqui está imposto de renda e IPI, houve queda na arrecadação federal, diferente da nossa, onde tivemos como resultado a redução do fundo de participação dos Estados e do Município. A Cide aumentou, porque houve o reestabelecimento da Cide com a

arrecação a partir de agosto de 2015. Cota financeira de *royalties* também tivemos decréscimo por conta dos *royalties* do petróleo, a redução do valor do petróleo, do barril do petróleo e também do xisto. IPI também em queda. Lei Kandir em queda. Vocês observam que quedas significativas, mesmo no SUS, que é uma obrigação da União, há uma redução de quase 2% do que a União transfere ao Estado do Paraná. E convênios com a União mais ainda, de convênios em 2014 foram R\$ 104 milhões e em 2015 a União só transferiu R\$ 67 milhões. Isso é um absurdo, a União arrecada, no Estado do Paraná, R\$ 40 bilhões de tributos federais e devolve ao Estado do Paraná, ao Estado como um todo, o Governo do Estado e Prefeitura algo em torno de R\$ 15 bilhões, ou seja, 37% do que arrecada retorna, o restante, 63%, é distribuído para diversas outras unidades da federação. A União transferir recursos para o Estado do Paraná, seja por convênio ou diversas outras formas não está fazendo qualquer favor, está devolvendo parte do que é recolhido aqui em benefício do paranaense. E as outras transferências ao Estado, que são transferências de instituições privadas, basicamente para as universidades estaduais e os recursos do Fundeb, que são nossos mesmos, são 20% de ICMS e 20% de IPVA que estão aqui colocados. As receitas do Fundeb: transferimos ao Fundeb em 2015 R\$ 4 bilhões e 700 milhões e sacamos R\$ 3 bilhões e 900. Ou seja, temos perdas da ordem de R\$ 800 milhões entre o que depositamos no Fundeb e o que sacamos para educação básica. Então, tem uma perda em torno de 17%. As perdas têm aumentado ao longo dos anos. Aqui, o orçamento corrente orçado *versus* o realizado. Sempre disse, lá no início, que tínhamos um Orçamento superestimado em receitas e subestimado em despesas. Aí podemos demonstrar que para um orçamento estimado de quase R\$ 39 bilhões inicialmente tivemos uma receita realizada de 38,4 menos. Ou seja, menos R\$ 510 milhões, apesar de todas as ações que fizemos de ampliação de receita, sejam de equalização das alíquotas de ICM, de IPVA e todas as outras que foram implantadas. Se não tivéssemos implantado todas essas ações, as perdas seriam bem maiores, o que demonstra claramente que havia uma superestimativa de receita no orçamento de 2015. As receitas de capital: esse é um dos nossos grandes problemas, porque tivemos apenas R\$ 511 milhões recebidos de receita de capital, R\$ 259 milhões basicamente oriundos de uma operação de crédito junto ao BNDES, um saldo que entrou em 2015 e de outras receitas de capital, apenas R\$ 209 milhões. Vocês podem observar que tivemos um decréscimo, que ocorreu exatamente por conta do baixo ingresso de operações de crédito, que também dependem da União. Temos mais de R\$ 500 milhões em solicitação de operações de crédito, que estamos aguardando o Ministério da Fazenda dar a autorização para que possamos trazer esse recurso para o Estado e transformar em investimento, em infraestrutura. Nas receitas de capital vocês podem observar que em 2015, 50% são oriundos de operação de crédito, aquele saldo e de transferência de capital muito pouco, e de outras receitas de capital 40, 41% aproximadamente. Nas receitas de capital próprias 2012, e de terceiros, 200 quase R\$ 300 milhões basicamente em operação de crédito, aquela que falei com o BNDES relativo a infraestrutura. Aí, 41, 42 de receitas próprias e em torno de 59 de receitas de terceiros. Em relação à receita orçada e aquela realizada, é onde há a maior frustração de receitas, porque houve uma expectativa muito grande que o Governo Federal pudesse aprovar as operações de créditos. Vocês viram que havia uma expectativa de ingresso de quase R\$ 600 milhões e só entrou R\$ 260 milhões. E de transferência de capital vários convênios com o Governo Federal foram incluídos como estimativa de receita, infelizmente, se frustraram, o que conseguimos foi só 5,19% em relação aquilo que tinha sido previsto e uma frustração de receita de quase R\$ 1 bilhão e 800, de 2015, em relação aquilo que tinha sido previsto inicialmente. Consolidando receita corrente, receita de capital a grande frustração de receita é isso aqui, R\$ 2 bilhões e 300 milhões em relação ao que tinha sido previsto inicialmente. Aqui é importante, porque aqui mostra o que está acontecendo no Brasil. A receita corrente líquida, a receita corrente menos as transferências que são feitas a Estados e Municípios, e vocês podem observar o comportamento de todas as Unidades da Federação. O Estado do Paraná com 1,4% do crescimento real, praticamente é o único Estado, a única Unidade da Federação onde houve crescimento real de receita corrente líquida no exercício de 2015. O Distrito Federal, como vocês podem observar, uma queda de quase 20%, Acre, 16; Amapá; Rio de Janeiro, queda de 1,2; Santa Catarina, 1,7; Rio Grande do Norte... Vocês podem observar, o Paraná é o único que tem um crescimento real na receita corrente líquida. São todas as receitas correntes, menos as transferências a Municípios, o que demonstra que o ajuste deu certo, sob o aspecto da receita. E, agora, vou falar com relação à despesa. Bom, em relação à despesa, tivemos, também um resultado importante. As ações que foram adotadas para redução de despesa também geraram resultados importantes. A nossa receita corrente teve uma queda de 5,32% e se descontarmos as transferências a Estados e Municípios, a nossa queda na despesa corrente foi algo em torno de 7,8%. Então, enquanto a nossa receita corrente cresceu 2,3 real, descontada a inflação, a nossa despesa cai a 7,8% deduzidas as transferências aos Municípios. E a nossa despesa de capital cai 33%, por conta da frustração daquelas receitas de capital que tinham sido previstas inicialmente. No que se refere às nossas despesas, um grande componente da nossa despesa é pessoal e encargos sociais. Gastamos, em 2015, algo em torno de R\$ 19 bilhões, com pessoal e encargos sociais. É um número expressivo de gastos com pessoal e encargos sociais. E após a implantação do reajuste salarial de 10,67%, este ano vamos gastar R\$ 2 bilhões e 100 milhões a mais do que gastamos em 2015. Ou seja, chegaremos a R\$ 21 bilhões de gastos com pessoal e encargos sociais. Então, é uma despesa com a qual temos que tomar muito cuidado, porque senão vamos cada vez mais comprometer nossas receitas com pessoal e encargos sociais. Para vocês terem uma ideia, esta despesa já representa 91% das receitas oriundas da fonte 100, que são as receitas ordinárias do Tesouro. Juros e encargos da dívida: também houve um controle em relação a juros e encargos da dívida. E em outras despesas correntes, também tivemos um significativo controle em relação a estas despesas. O número que falei, da despesa corrente menos transferência a Municípios está aqui, 7,78%. Arredondando, dá uma redução real de 7,8%. E aí, onde as despesas foram realizadas? Em transferências a Municípios - no ano passado transferimos R\$ 6,3 bilhões. É algo extremamente significativo, de ICMS, de IPVA, 1 bilhão e meio. Ou seja, em 2015 transferimos a mais aos Municípios, em torno de R\$ 900 milhões do que foi transferido em 2014. Estas transferências, a maior feita pelo Governo do Estado, compensou, de certa forma, a redução das transferências da União aos Municípios. Bom, então, em serviço médico, odontológico, laboratoriais, 1 bilhão e 400, para a população; precatórios, R\$ 712

milhões; em material e medicamentos, 318 milhões; enfim, são os gastos todos que fizemos ao longo do exercício de 2015, alcançando a cifra de 14, quase R\$ 15 bilhões em 2015. As transferências a Municípios, vocês podem observar, também tivemos um crescimento nominal de 13,28. Então, é algo também importante. Isto aqui é, aproximadamente, 900 milhões de crescimento de 2015 em relação a 2014. Aí, o detalhamento da nossa despesa. E aqui demonstra algo que acho que cabe uma reflexão em relação aos gastos do Estado. Vocês podem observar que 55% do total da receita está sendo gasto com pessoal e encargos sociais; 23% para Municípios; juros; precatórios; ou seja, 88% dos gastos do Estado estão concentrados onde? Em pessoal, dívida e transferência a Municípios, sobrando apenas 18% para as outras despesas do Estado. Então, ou controlamos as despesas ou temos que ampliar as receitas para poder atender os 11 milhões de pessoas que estão aqui competindo com esses 18% de gastos correntes. Então, é algo que cabe uma reflexão porque os gastos com pessoal e encargos sociais mais dívidas - entendido aí precatórios e juros de encargo da dívida - e mais as transferências a Municípios, consomem 82% das nossas receitas. É algo que é importante que tenhamos esse número e refletamos em relação a aumentos de despesa nessas áreas. Com relação à despesa de capital, em 2015 investimos R\$ 1 bilhão, logicamente menos 40% em relação ao que foi investido em 2014, exatamente por conta do ajuste fiscal - o ajuste fiscal priorizou o pagamento de dívidas em vez de assumir novos compromissos. Os principais investimentos do Estado em 2015 são esses: na parte de transportes, gestão de serviços de transporte multimodal, 221; sistema de multimodal de transporte com a observação "construção e manutenção", em torno de 146; *Mãe Paranaense*, 107; e assim por diante. Aqui estão relacionados todos os investimentos que o Estado fez em 2015, os principais investimentos estão detalhados. Observem que os maiores investimentos são exatamente na área de rodovias. E aqui tem a composição da despesa em 2015. Então, pessoal e encargos sociais, amortização, e aí volta aquela questão que falei anteriormente, que o que sobra para o restante da população é muito pouco, tem que competir com 18% que está disponibilizado para as outras despesas correntes, porque 82% estão comprometidos com pessoal, transferências a Municípios e dívidas. As despesas por função, vocês podem observar que na saúde, em 2015, se gastou algo em torno de R\$ 4,4 bilhões, é extremamente significativo; segurança pública R\$ 3,3 bilhões; educação R\$ 8 bilhões e 700 milhões; previdência R\$ 2 bilhões e 900 milhões; e encargos especiais, aqui são as transferências a Municípios, pagamento de dívida, precatórios etc.; com o Judiciário se gastou em 2015 cerca de R\$ 2 bilhões - aí entendido Ministério Público e Tribunal de Justiça. Então, são gastos extremamente expressivos divididos aqui nessas funções de Governo. A despesa por função, está aqui: educação, quase 24% da despesa do Estado está concentrada em educação; 12% em saúde; 9% em segurança pública. Então, está dividido desta forma. Em previdência está se gastando 8% e transferências a Municípios, 22%. Falado de receita e despesa, agora vamos mostrar os resultados em termos do regime próprio de previdência. No regime próprio de previdência, por uma despesa no ano de R\$ 7 bilhões e 200 milhões, tivemos uma receita previdenciária da contribuição patronal e da contribuição dos servidores de quase R\$ 4 bilhões, o que gera um déficit no sistema de R\$ 3 bilhões 190 milhões que é coberto da seguinte forma: o Tesouro cobre com o termo de compromisso a insuficiência de 2 bilhões e 700 e o restante vem do Fundo Previdenciário, R\$ 514 milhões. E aqui é importante fazer uma ressalva porque, às vezes, vejo algumas pessoas dizerem: "Ah, o Governo 'meteu a mão' no Fundo Previdenciário, tomou recurso. O Fundo agora está insolvente". Acho que os Parlamentares tiveram a oportunidade de constatar nos relatórios que foram publicados, um deles demonstra o resultado do Fundo Previdenciário, o que está claramente evidenciado é que em 2089 - olhe só, estou falando em 2089, não estou falando em 2016 - haverá um saldo financeiro nesse Fundo de R\$ 5 bilhões e 300 milhões, ou seja, é um Fundo superavitário atuarialmente. Estou falando financeiramente, estou falando atuarialmente. Ao final dos tempos, quando pagar todos os ativos que vierem a se aposentar e os pensionistas, em 2089, ainda haverá... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademair Traiano - PSDB):** Secretário, V.Ex. a tem mais 15 minutos.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Ok! ...Um resultado de caixa de 5 bilhões e 300 milhões que estão demonstrados nos relatórios que foram publicados. Bom, vou falar um pouco dos resultados orçamentários, primário e nominal. O resultado orçamentário mede a receita e a despesa, quanto tivemos de receita ao longo do exercício e quanto tivemos de despesa, e vocês podem observar que o resultado, ao final do exercício, é em torno de R\$ 2 bilhões e meio, que foram usados de que forma? Parte desses recursos foi usado para pagamento de compromissos de exercícios anteriores e uma outra parte ficou em caixa, que são os recursos provenientes de vinculações orçamentárias estabelecidas. Vejo que algumas pessoas confundem resultado primário com resultado orçamentário. Se você quer medir o resultado financeiro ao final do exercício, é o resultado orçamentário e não o resultado primário. E aqui vocês podem observar o porquê geramos esse resultado orçamentário: porque tivemos um crescimento real das receitas correntes de 2,3 e uma redução real das despesas correntes de 7,8. O resultado disso aqui são os R\$ 2 bilhões e meio que foram gerados para pagamento de compromissos de exercícios anteriores. O resultado primário que muitas pessoas confundem e alguns meios de comunicação também, mede apenas a despesa e a receita primária, o quanto você economiza para pagamento de dívida. E aí a economia foi de 1 bilhão e 900, que foram usados exatamente para pagar as dívidas que o Governo do Estado tem com a União e diversos organismos nacionais e internacionais de financiamento. O resultado nominal mede se a dívida consolidada líquida sobe ou desce. E aqui nós temos, pela primeira vez, uma redução da dívida. A dívida líquida era 16 bilhões e 500, passou para 15 bilhões e 400. Ou seja, tivemos um resultado nominal superavitário em 1 bilhão de reais, ou seja, reduzimos a dívida consolidada líquida do Estado. A disponibilidade de caixa, muitas pessoas: "Qual é a disponibilidade de caixa que fechou o ano?" Fechou desta forma: em 2014 houve um déficit, inclusive demonstrado pelo próprio Tribunal de Contas, em torno de R\$ 1 bilhão, e logicamente fechamos com um superávit em torno de R\$ 460 milhões. Fechamos com a disponibilidade de caixa do Executivo de R\$ 2 bilhões e 900 milhões aproximadamente, pagamentos de resto a pagar de 2.425, com uma disponibilidade de caixa de 460, que são de recursos vinculados. Aqui são recursos provenientes do FNDE, são recursos provenientes do SUS, são recursos provenientes de fundos específicos que têm

que ficar em suas contas específicas, não podem ser utilizados pelo Tesouro para outra despesa que não sejam aquelas ali estabelecidas. E temos os Poderes também. Tivemos a disponibilidade de caixa ao final do exercício, de R\$ 2 bilhões e 200. Os Poderes têm quase a mesma disponibilidade de caixa da administração direta do Poder Executivo. Resto a pagar de 442 e tem aí R\$ 1 bilhão e 700 milhões após pagar todos os compromissos que eles teriam que pagar em relação aos restos a pagar, ainda tem R\$ 1 bilhão e 700 milhões. Então, dividido, você tem mais ou menos uns R\$ 700 milhões de disponibilidade de caixa no Tribunal de Justiça, você tem no Tribunal de Contas R\$ 154 milhões, você tem no Ministério Público disponível R\$ 46 milhões, e tem também aqui na Assembleia Legislativa recursos disponíveis que poderiam ser usados em diversas outras atividades e que o são por intermédio da Mesa da Assembleia. Então, existe disponibilidade de caixa significativa nos Poderes, que poderiam ser melhor usada em benefício da nossa população. As despesas com pessoal: também tivemos um decréscimo em relação àquilo que vinha ocorrendo no passado, vocês podem observar no próximo slide, no ano passado 46,06, ou seja, estávamos no limite prudencial, hoje estamos com 43,30%, ou seja, abaixo do limite de alerta, que é de 44%. E exatamente esse controle em relação a despesa de pessoal em 2015 permitiu que pudéssemos gerar esses superávits importantes para pagamento de compromissos de exercícios anteriores. Em termos de crescimento de despesa tivemos decréscimo no Executivo, decréscimo no Poder Legislativo, Assembleia Legislativa teve um decréscimo real, tivemos crescimento no Judiciário e tivemos crescimentos também no Ministério Público. No Judiciário um crescimento real de 6,3 e no Ministério Público um crescimento também de 6,3%. Então, crescimentos nominais de 13% em média nos dois Poderes. Na educação, esses são apenas com recursos provenientes de impostos, de impostos aplicamos 7 mil 500, ou 7 mil 700 em relação a todas as receitas. Mas, com relação às receitas de impostos, aplicamos 8 mil 500 aproximadamente, ou seja 32,90% das receitas de impostos. Então, dividido entre ensino básico e superior, 27% basicamente ensino básico e 5,71 em ensino superior. Aumentamos em relação ao ano passado, no ensino básico gastamos R\$ 215 milhões a mais e no ensino superior 287% a mais, crescimento significativo nos gastos com as Universidades, 24,36%. É um motivo de alerta em relação aos gastos com ensino superior no Estado. Na educação aplicamos R\$ 3 bilhões e 100 milhões, ou seja, 12,3%, o que significou R\$ 242 milhões a mais do que foi aplicado em 2014. Bom, em relação a receita corrente líquida, conforme falei anteriormente, o limite total é de 60%, estamos com 51,10. Limite de garantias para o Tesouro Estadual, de 22 estamos com 2,50; os limites de operação de crédito, de contratação no ano, 16%, estamos com 0,82; de gasto da dívida o limite é 11,5%, estamos com 5,5 aproximadamente. O limite da dívida consolidada de 200% da receita corrente líquida, estamos com 48, ou seja, a nossa situação é bem abaixo de todos os limites que foram estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pelas resoluções do Senado. Para vocês terem uma ideia, em relação à receita corrente líquida, a nossa dívida hoje representa 16,4 ou 15,4 bilhões de reais. Se fôssemos a 200% da receita corrente líquida, poderíamos contratar R\$ 63 bilhões, ou seja, tem espaço significativo para novas operações de crédito em torno de R\$ 48 bilhões no ano. O limite da dívida, temos reduzido significativamente ao longo do ano. Enquanto 2010 eram quase 91%, vocês podem observar que em 2015 caiu para 48,52. Só de 2014 para 2015 uma redução de dez pontos percentuais. É algo extremamente significativo na redução do comprometimento da dívida em relação à receita da corrente líquida. Bom, apesar de todas as ações que foram feitas em torno desses resultados alcançados em 2015, temos ainda desafios para 2016. Eu diria que o maior desafio é manter o ajuste fiscal. Nas incertezas econômicas que existem hoje, nas incertezas políticas que existem hoje no Brasil, com impacto significativo na economia brasileira e com redução da atividade econômica, com impacto significativo na arrecadação, no emprego, na renda, no faturamento das empresas, manter o equilíbrio que alcançamos em 2015 será o grande desafio para 2016, e concretização dos investimentos que estão consignados no orçamento. Consignamos R\$ 8 bilhões de investimentos em 2016, sendo que desses R\$ 8 bilhões 3 bilhões e 700 com recursos do Tesouro, o grande desafio é que possamos concretizar também esses investimentos. E para que isso aconteça precisamos ampliar a arrecadação de receitas tributárias, não aumentando impostos ou aumentando a alíquota de tributos atualmente existente ou criando novas taxas ou novos impostos e, sim, o combate permanente à sonegação, à inadimplência, à concorrência desleal, de tal forma que possamos manter um crescimento, há espaço ainda para crescimento da receita tributária via combate à sonegação e combate à inadimplência. E a captação de receitas não tributárias, que grande parte dos investimentos previstos no orçamento de 2016 estão lastreados em receitas não tributárias. Então, a concretização, a realização dessas receitas é um grande desafio para 2016. E a redução permanente das despesas, sejam elas de custeio ou de dívidas, de tal forma que mantenhamos esse nível de redução de despesas ampliando a nossa capacidade de investimentos. Acho que estamos no caminho certo. Ainda não resolvemos todos os problemas, ainda têm muitos problemas a serem resolvidos, mas acho que andamos bastante. Estamos muito à frente da União, muito à frente dos Governos Estaduais, mas não podemos relaxar. Acho que o momento político e o momento econômico que o País vive requer uma atenção especial de todos, em especial da Secretaria da Fazenda, para não deixar as coisas degingolarem. Então, queria agradecer novamente ao Deputado Traiano, a todos os Deputados presentes. Sintam-se participes dos resultados aqui demonstrados. Muito obrigado a todos. (Aplausos.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** A partir de agora, uma vez feitas as explanações do quadrimestre desse ano, vamos abrir para as perguntas dos Srs. Deputados, com a seguinte regra: o Deputado terá cinco minutos para formular a pergunta, o Secretário cinco minutos para a resposta e três minutos também para a réplica do próprio Parlamentar que fará a pergunta. Vou ser rigoroso no tempo. Primeiro Deputado inscrito, Deputado Claudio Palozzi. **DEPUTADO CLAUDIO PALOZI (PSC):** Sr. Secretário Mauro Ricardo, em agosto, quando o senhor esteve aqui na Assembleia para fazer uma explanação sobre os resultados do segundo quadrimestre, o senhor apresentou que o Estado até aquele momento tinha feito uma despesa em saúde de 10,39%. De lá para cá, até dezembro, ou seja, setembro, outubro, novembro e dezembro, foi quando se concentrou uma arrecadação maior, por parte do Estado e, evidentemente, exigiu-se uma aplicação maior também de recursos na saúde. Queria fazer uma pergunta para o senhor: na página 28, que mostra os investimentos maiores em

saúde, foram apresentados vários investimentos. Tentei identificar quais foram os investimentos detalhados na área da saúde e não consegui. Sei que foram apresentados vários itens e temos dificuldade de localizar, mas sei também que é difícil, em uma prestação de contas resumida, trazer detalhamento de todas as despesas. Queria fazer a seguinte pergunta: se é possível identificarmos isso rapidamente, para termos um acompanhamento? Segundo, o mínimo que o Estado tem como obrigação de gastar em saúde é 12%, mas pode gastar mais e deve gastar mais, porque é um clamor da população, vem sempre reclamando em saúde como prioridade e observamos que sempre, no final do ano é que vão fechando essas metas. E como fica difícil de saber, exatamente, de saber a previsão exata do que se arrecada até o final do ano, então, fica sempre um déficit para se fechar até o final do ano. E, às vezes, o Estado acaba gastando recursos, investimentos na área da saúde que não são prioridade, por exemplo, compra de veículos e assim por diante, que a população não está pedindo. Então, a orientação, eu como Parlamentar e que tenho ouvido muitas reclamações da população em relação à área da saúde, que são grandes, porque o Governo Federal não cumpre e não tem necessidade de cumprir metas nesse sentido, sobrecarrega demais os Municípios e a população é que paga essa deficiência. Então, a sugestão é que o Estado gaste mais em saúde, até o final do ano, acima de 12%, até antes de finalizar o exercício, porque daí não tem necessidade de fazer investimento, em cima da hora, em ações que não são prioridade na área de saúde. Segundo, o Ministério Público do Tribunal de Contas, em relação às contas de 2014, percebeu que não houve o cumprimento das metas em saúde em 2014, mesmo assim aprovou com ressalvas as contas do Estado. Vamos analisar essas contas, provavelmente em breve. Referente a 2014, se houve um déficit de saúde, em 2014, é lógico que podemos observar que isso pode ser gasto, então, essa complementação do que faltou em 2014 e em 2015 em saúde. Queria saber do senhor se isso foi cumprido, esse déficit de 2014 e se foi cumprido em saúde em 2015. São essas, por enquanto, as minhas considerações.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Primeiramente, queria saudá-lo, nobre Deputado Claudio Palozzi. Dizer que este é um tema extremamente importante e uma preocupação permanente do Governo em relação aos gastos do Governo em relação a saúde. Mas, queria dizer que o Estado não gastou apenas os 12,3%. O Estado - 12,3% são apenas provenientes de receitas de impostos - aplicou, de receitas de impostos, R\$ 3 bilhões e 100 milhões, porém, em relação às receitas totais do Estado, o Estado foi além, gastou R\$ 4,4 bilhões. Ou seja, R\$ 1 bilhão e 300 milhões a mais do que o mínimo constitucional estabelecido. Então, é algo realmente expressivo que demonstra a prioridade que o Estado dá a essa área. Se olharmos os gastos da saúde na página 31: saúde R\$ 4,4 bilhões foi o gasto efetuado em 2015, contra R\$ 4 bilhões em 2014. Ou seja, R\$ 400 milhões, R\$ 1 bilhão e 300 a mais do que o mínimo constitucional estabelecido. O Estado em 2014, cumpriu o mínimo constitucional também estabelecido em relação aos impostos. O problema do Estado foi em 2013, que não cumpriu o mínimo constitucional estabelecido e compensamos em 2014 e 2015 o que deixou de ser gasto em 2013. Então, isso tudo foi compensando, até porque ia sendo deduzido do Fundo de Participação do Estado e constituído um Fundo específico para aplicação na área de saúde. Então, acho que o Estado tem priorizado essas ações e a administração do Secretário tem sido muito importante na condução de todas essas ações de saúde, inclusive compensando uma redução das transferências federais para a área do SUS. Vocês podem também observar que citei anteriormente que há uma redução em torno de 3% real em relação ao que a União repassou em 2015 ao Sistema Único de Saúde.

**DEPUTADO CLAUDIO PALOZI (PSC):** A população sempre reclama do aumento da carga tributária, e isso em todos os Municípios e Estados, no Governo Federal também. E no Paraná também houve um aumento acentuado da carga tributária. Com isso, lógico, houve um incremento na receita em 2015. Sabemos que o senhor disse que - na página 31 - em saúde foi investido 1 bilhão e não sei quantos milhões de reais a mais. Mas o percentual que está demonstrado aqui é 11,97% da receita em saúde, não atingiu os 12%. Mesmo assim, com aumento da receita. Ainda em aumento de carga tributária, ficamos imaginando que é difícil cortar gastos. E o senhor citou agora a pouco, referente à despesa que o Estado tem para manter as universidades estaduais. Sabemos que o Estado do Paraná é um dos Estados da Federação que mais investe em ensino superior. Realmente é pesado isso, principalmente porque muitos alunos que não pagam impostos no Paraná e não residem aqui vêm exatamente cursar universidades no Paraná à custa do povo paranaense. Então, seria talvez uma sugestão - o senhor que tem bastante conhecimento na área - para diminuir despesas também nesse setor, criando alternativa de pelo menos, se possível, priorizar que essas vagas, uma parte das vagas sejam ocupadas por alunos filhos da escola pública do Paraná. Secretário, são essas as minhas considerações. Agradeço a oportunidade e o aprendizado que estou tendo aqui.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Lembrando bem que o mínimo constitucional estabelecido é de 12% de aplicação na saúde das receitas de impostos. O que disse é que além das receitas de impostos, dos 12%, os R\$ 3 bilhões e 100 milhões, o Estado aplicou mais R\$ 1 bilhão e 300 milhões, o que alcançou R\$ 4 bilhões e 400 no exercício de 2015, algo que considero extremamente expressivo. A questão dos gastos e da divisão dos gastos entre as diversas funções e dentro das funções, dentro dos diversos órgãos, acho que trago aqui para reflexão. Acho que a consideração que foi feita pelo Deputado Claudio, acho que merece uma reflexão importante, será que queremos que o paranaense custeie universitários vindos de outras Unidades da Federação, depois retornando às outras Unidades da Federação, vêm aqui fazem o curso e retornam. Então, acho que é uma discussão que cabe ser feita, porque cabe aos senhores que representam a população saber o que é melhor em termos de alocação de recursos, quando na análise da proposta orçamentária que é submetida anualmente a esta Casa. Então, acho que é importante esta discussão em termos de melhor alocação de recursos públicos, em benefício da população que aqui reside. Acho que é importante esta reflexão e é importante também realçar a prioridade que o Estado dá à saúde, à educação e a diversas outras funções de Governo.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Segundo orador inscrito, Deputado Nereu Moura.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** Secretário Mauro Ricardo Costa, pelas palavras de V.Ex.a, deu para perceber o quanto é difícil governar, quanto é trabalhoso governar. Mas gostaria, Secretário, de fazer algumas perguntas singelas, já que é difícil, o espaço é curto para esmiuçarmos a tão preparada prestação de

contas de V.Ex.a. A arrecadação atingiu o patamar esperado com o aumento dos impostos, apelidado de *Ajuste Fiscal*, que o senhor esperava em 2015? Se em 2015 havia, no orçamento, uma previsão de 2 bilhões 270 milhões de investimento e só foram executados 500 milhões, os 8 bilhões que V. Ex.a está falando... Falou de investimentos para 2016, será possível? Será possível, já que V. Ex.a baixou uma Resolução no dia 3 de janeiro dizendo que apenas 540 milhões estariam aptos a serem realizados? Também gostaria de fazer outra pergunta: qual o montante dos depósitos judiciais e qual a estimativa que o Governo tem de valores que poderão ser sacados desses depósitos? Que uso será feito desses recursos? Serão todos usados para pagamento de precatórios, como entende o CNJ? O Governo repassou em 2015 os 9,5 para o Tribunal de Justiça? Se sim, gostaria de formalização desta resposta. Porque na conta de nossa equipe, o repasse ficou entre 8,85 e 9,0, portanto abaixo do que determina a LDO, que é 9,5. Foi feito algum acordo com o Poder Judiciário para não repassar parte do incremento do aumento de impostos, apelidado de *Ajuste Fiscal*, ou isso é boato? Como que o senhor vê as vinculações de repasse da receita para os demais Poderes? Quais as atitudes que o Governo pensa em tomar em relação à LDO de 2017, relacionados a este tema? Então, faço inicialmente essas perguntas e na sequência faço a réplica a V.Ex.a.

**SR. SECRETÁRIO MAURICARDO COSTA:** Bom, primeiramente, queria saudar o nobre Deputado Nereu Moura, e dizer que, em relação a primeira questão a equalização das alíquotas de IPVA e de ICMS. Digo equalização porque aqui havia uma a subtributação. Enquanto São Paulo, por exemplo, estava 18% o varejo, aqui se tributava 12%. Enquanto a alíquota de IPVA em São Paulo era 4%, aqui se tributava 2,5%. Enquanto todos os Estados cobravam a contribuição dos inativos e pensionistas para a Previdência conforme a Constituição Federal determinava, aqui por uma decisão do Poder Executivo não se cobrava, contrariando a própria Constituição Federal. Então, o que houve foi uma equalização da tributação do Paraná em relação ao que ocorre em todas as outras Unidades da Federação. Essa equalização gerou os resultados esperados? Sim. Então, em relação à primeira pergunta, sim. Com relação à previsão de investimentos em 2015 *versus* a previsão de investimentos em 2016, conforme expus, houve uma frustração grande de receita de capital para poder cobrir as despesas de capital e são oriundas de quê? Primeira são as operações de crédito que infelizmente o Governo Federal não autorizou que o Estado do Paraná fizesse essas operações de crédito, que é o *Paraná Seguro*, são as operações de infraestrutura urbana com o Município e investimentos na área de transportes aqui no Estado, em especial de rodovias. Essas operações de créditos não se concretizaram, não houve autorização por parte do Ministério da Fazenda e isso se frustrou. Além disso, as previsões de desembolso que deveriam ser feitas por conta de convênios com o Governo Federal também não ocorreram. Por isso que o Estado em 2015 investiu apenas R\$ 1 bilhão, por conta da frustração de receita de capital que não ocorreram. Em relação a 2016, o quê muda? A maioria das receitas ali previstas não dependem de terceiros, dependem de ações próprias do Estado, então, que foram aprovadas por esta Casa. Então, a nossa expectativa é que possamos concretizar as receitas de capital ali previstas para poder gerar as despesas de capital que estão consignadas no orçamento, em especial as despesas para investimentos de R\$ 3 bilhões e 700 milhões, sendo que desses R\$ 3 bilhões e 700, R\$ 3 bilhões e 400 milhões são do Poder Executivo. A questão de quanto foi liberado do orçamento para gastos de 2015, temos uma forma de administrar as finanças do Estado, que é uma forma extremamente conservadora e adequada. Ou seja, só se libera orçamento se tem concreto em relação às fontes de financiamento daquela despesa. Então, por conta disso, inicialmente autorizamos investimentos da ordem de R\$ 500 milhões e, hoje, quer dizer um mês depois, já autorizamos esse valor de R\$ 500, já chegou a R\$ 800 milhões de recursos já liberados para investimentos. Ou seja, em pouco menos de dois meses, desses R\$ 3 bilhões e 400 milhões já estão liberados para investimentos, somente no Executivo, R\$ 800 milhões. Então, é algo extremamente representativo que demonstra que estamos no caminho certo para alcançar os R\$ 3 bilhões e 700 milhões. Bom, os depósitos judiciais. Os depósitos judiciais... É importante mostrar que essa questão dos depósitos judiciais é uma coisa antiga, a União já saca 100% dos depósitos judiciais, desde 1998. Não são 70% ou 40%. São 100% dos depósitos judiciais, desde 1998. Você faz uma ação judicial, uma discussão em relação à questão tributária, tem que fazer o depósito judicial para haver suspensão do crédito tributário. A União faz este depósito na Caixa Econômica Federal e a Caixa, imediatamente, deposita isto...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Em função das perguntas do Deputado Nereu, que foram inúmeras, tenho que estender, um pouco, o tempo para o Secretário.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Bem, os Estados e Municípios começaram a fazer isso a partir de 2002, com Leis Federais de 2002, 2003, possibilitando que os Estados pudessem sacar 40% destes depósitos judiciais, Estados e Municípios. Fizeram 2002 os Estados, e 2003 os Municípios. Esta lei nova, que é a Lei Complementar n.º 151, apenas ampliou o prazo, ampliou o percentual de saque. Ao invés de 40%, 70% dos depósitos judiciais, para seguir as mesmas regras que estavam estabelecidas anteriormente, ou seja, primeiramente para pagamento de precatórios, se houver dotação orçamentária para pagamento de precatórios, você pode pagar dívidas, se houver dotação orçamentária você pode pagar previdência, cobrir déficit de previdência e assim por diante. Esta Lei de 2015 é semelhante às Leis anteriores, apenas ampliando o limite de utilização dos depósitos judiciais, de 40% para 70%... Por isso, não existe, sob o nosso ponto de vista, interpretação diferente daquelas que vinham sendo adotadas em relação às Leis anteriores. Nós temos os depósitos judiciais possíveis de serem sacados, algo em torno de R\$ 600 milhões. Enquanto não sacados, é importante dizer isso, estes depósitos judiciais são corrigidos pela poupança. Quando você faz este depósito judicial, ele é corrigido pela poupança. Se você ganhar a ação, lá na frente, você vai receber o recurso corrigido pela poupança. E a instituição financeira depositária vai aplicar este recurso, no mínimo ganhando a Selic. Se fizer uma operação de crédito com pessoa física ou jurídica, vai ganhar muito mais do que isso. Deixar estes depósitos judiciais na instituição financeira, significa aumentar a lucratividade das instituições financeiras. Creio que não é isto que o Deputado gostaria que estivesse ocorrendo. Mas, infelizmente, é isso, no momento em que não conseguimos sacar estes depósitos por objeções de alguns agentes públicos, quem está ganhando com isso é a Caixa Econômica Federal. É este, de fato, o grande ganhador deste processo. Quem fez o depósito judicial não está ganhando. Está ganhando é a poupança. Bom, em relação às transferências

que são feitas aos Poderes, transferimos aquilo que foi possível transferir em 2015. Tínhamos dificuldades muito grandes, todos vocês sabem da situação financeira pela qual passou o Estado em 2015, e logicamente pedimos a todos os Poderes que nos ajudassem em relação à composição destas transferências, de tal maneira que pudessemos priorizar o pagamento de pessoal e encargos sociais. Eu diria que todos ajudaram: o Tribunal de Justiça ajudou, a Assembleia Legislativa ajudou, o Ministério Público ajudou, principalmente o Tribunal de Contas ajudou. Fizemos, no ano passado, uma grande devolução de recursos, que ajudou o pagamento da folha de pessoal, desde dezembro. Acho que todos ajudaram. Só temos a agradecer a compreensão de todos os Poderes em relação ao recebimento destes recursos. Com relação à vinculação de repasses, é uma discussão jurídica. Em minha opinião, que é inconstitucional a vinculação de receitas de impostos a órgãos, fundos ou despesas. Está no inciso V do art. 167 da Constituição Federal. Não há possibilidade legal, sob meu ponto de vista, de vinculação de receitas de impostos a órgãos públicos ou despesas. Está expresso no inciso V, se não me falha a memória, mas o artigo com certeza é este, art. 167 da Constituição Federal. Aqui, tem uma Lei que estabelece esse tipo de vinculação e estamos observando a Lei na medida das possibilidades das finanças do Estado. Com relação à LDO de 2017, estamos ainda discutindo no âmbito do Executivo para estabelecermos a forma de envio da LDO de 2017, inclusive observando diversas recomendações que foram feitas pelo Tribunal de Contas do Estado, no sentido de aperfeiçoar, em especial, os anexos que são enviados na Lei de Responsabilidade Fiscal, aprimorando os riscos fiscais, aprimorando os dados em relação às renúncias. Então, estamos aperfeiçoando este instrumento extremamente importante que define as diretrizes para a elaboração do orçamento de 2017.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** Bem, Secretário, em relação a esse princípio constitucional que V.Ex.a falou que a nossa LDO está contrariando, porque estabeleceu 9,5 e incluiu o FPE na base de cálculo, é sobre o FPE que V.Ex.a falou que seria vedado pela Constituição. Seria isso?

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Também. Porque na base de cálculo dessa vinculação tem todos os impostos, tem o ICMS, tem o IPVA, tem as taxas, enfim, todos os impostos estão também nessa base de cálculo e não só os impostos oriundos do Fundo de Participação do Estado. Então, há uma questão que precisa ser debatida com profundidade e realmente este assunto...

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** É, se for seguir à risca, daí os Poderes ficam sem repasse; se não puder passar a parte do ICMS para o Poder Judiciário, para a Assembleia Legislativa, ficaria sem repasse. Mas, eu queria concluir, Sr. Secretário, agradecendo as suas respostas dizendo que sou oposição ao Governo do qual V.Ex.a faz parte, mas reconheço em V.Ex.a a sua capacidade de gerenciar as crises e a competência pela qual tem desempenhado o papel aqui, muito embora eu nem concorde muitas vezes com as atitudes de V.Ex.a. Mas, deixo colocada a minha posição. Para encerrar, Sr. Secretário, queria dizer que desde 2014 o senhor busca evitar falar dos gastos com ciência e tecnologia nas prestações de contas e inclusive hoje V.Ex.a não citou este item em sua prestação de contas, no entanto o gasto de 2% da receita tributária é uma determinação constitucional. Gostaria de saber qual vai ser o encaminhamento de V.Ex.a em relação ao gasto de 2% com ciência e tecnologia.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Deputado, se me permite, primeiro queria agradecer as suas palavras, dizer que a admiração é recíproca. E, também, em relação à questão dos repasses aos Poderes, o que se discute aqui não é o volume de recursos, o que estou discutindo não é volume de recursos aportado ao Poder "A", "B" ou "C", o que se discute aqui é a constitucionalidade de vincular isso na Lei, porque isso, do meu ponto de vista, contraria a Constituição Federal, qualquer tipo de vinculação. Aliás, temos talvez uns 20 ou 21 Estados que não têm esse tipo de vinculação e nem por isso os Poderes recebem menos do que deveriam receber. Tem que se estabelecer, logicamente, um volume de recursos, estabelecer uma forma de incremento desse recurso anual desde que eles não estejam vinculados a impostos, porque a vinculação a impostos é que é a questão que creio que enfrenta uma inconstitucionalidade em relação a esse ponto. Aliás, já existem vários julgados do STF em relação a esse assunto, os Poderes aqui do Paraná não são diferentes de outras Unidades da Federação que também tentaram e não conseguiram, quando esse assunto chegou ao STF, o STF logicamente rechaçou esse tipo de vinculação, preservando, logicamente, as dotações necessárias à manutenção do Poder. No que se refere à ciência e tecnologia, este ano aplicamos os 2%. Houve um esquecimento meu na hora de preparar os slides. Até 2014, não houve a possibilidade de o Estado aplicar em ciência e tecnologia os 2% por conta das inúmeras outras despesas prementes que o Estado tinha que aplicar. Ao invés de aplicar em ciência e tecnologia, melhor pagar pessoal do que aplicar em ciência e tecnologia, sempre esteve nesse dilema, mas resolvemos isso em 2015, e aplicamos toda receita auferida em 2015, ou seja, os 2% da receita proveniente de impostos em ciência e tecnologia, seja pagando as despesas de 2015, seja pagando as despesas de exercícios anteriores. Então, somadas as despesas de exercícios anteriores, que são as despesas de restos a pagar mais as despesas do exercício, alcançamos os 2% das receitas de impostos obrigatórios à sua aplicação em ciência e tecnologia.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** O senhor poderia encaminhar para Assembleia, Secretário, essa prestação de contas?

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Claro. Com certeza. Pois não.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com a palavra, próximo orador inscrito, Deputado Chico Brasileiro.

**DEPUTADO CHICO BRASILEIRO (PSD):** Boa tarde, Secretário Mauro Ricardo! Boa tarde, Sras. Deputadas, Srs. Deputados! Sr. Secretário, foi apresentado neste Plenário a prestação de contas que aponta que do ponto de vista fiscal o Estado concluiu suas metas, fechou suas metas para o ano 2015. Trago uma preocupação, não uma preocupação política, não uma preocupação do ponto de vista do enfrentamento, trago uma preocupação do ponto de vista das consequências desse aumento de impostos para fechar o ano fiscal. Um exemplo dessas consequências, Secretário Mauro Ricardo, é em relação à arrecadação do ICMS. Tivemos, no ano de 2015, antes da implantação do reajuste do ICMS de 50%, uma arrecadação de 2 bilhões 130 milhões em janeiro de 2015. No mesmo período de 2016, um ano após, já com a implantação do reajuste de 50% do ICMS, tivemos uma arrecadação, segundo o Portal da Transparência do Estado, de 2 bilhões 291 milhões, ou seja, um aumento de receitas de ICMS praticamente em

torno de 5%, muito aquém da inflação. Eu perguntaria se esse aumento infimo do ICMS está correspondendo às expectativas da Secretaria e do Governo em função da preocupação futura com o equilíbrio fiscal? Também, trago uma preocupação: se a redução da atividade econômica não está comprometendo o desempenho da nossa economia. Quero citar um exemplo, do imposto do combustível da aviação. Senhoras e senhores, houve um aumento de 50%, de 12% para 18% do combustível da aviação, mas em compensação tivemos uma redução do número de litros vendidos, de milhões de litros vendidos para esse setor que vinha crescendo em uma média de 10% ao ano e, a partir de abril de 2015, passou a ter uma queda, de abril, de 12%, 15%, 13% e assim sucessivamente, e chegou a cair até 20% a venda de combustível da aviação. Ou seja, se esse item vinha crescendo 10%, após o aumento de impostos ele passou a cair 20%, e além das consequências que estamos tendo no setor do turismo, porque as empresas de aviação estão anunciando a suspensão de voos, principalmente voos entre os grandes Municípios do Paraná, como Curitiba-Foz do Iguaçu, Curitiba-Maringá, Curitiba-Londrina, Curitiba-Cascavel. Ou seja, além da redução da venda em torno de 20%, teremos uma redução do número de turistas para esses pontos turísticos do Paraná. Menos turistas menos vendas, menos arrecadação, mais desemprego. Ou seja, vale a pena essa política de aumento de impostos, trazendo uma consequência tão drástica para esse setor, especificamente? Não posso dizer de todos os setores, mas pediria a V.S. uma atenção especial, principalmente a esse item, porque está tendo um ônus muito forte na economia do Paraná, está tendo um ônus muito forte para o turismo, e precisamos avaliar isso do ponto de vista da responsabilidade do desenvolvimento do turismo do Paraná, que provoca, que promove um desenvolvimento extraordinário para o nosso Estado. Muito obrigado.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Quería, primeiramente, saudar o nobre Deputado Chico Brasileiro. Dizer para ele que estamos satisfeitos em relação às medidas adotadas quanto a ampliação de receitas e redução de despesas. Acho que os números que apresentei demonstram claramente que deu certo. Tivemos um incremento de receita da ordem real de 2,3% e uma redução de despesa, descontada as transferências a Municípios, da ordem de 7,8% da receita corrente. Exatamente esse superávit que permitiu que pudéssemos pagar compromissos de exercícios anteriores e que estão nos permitindo inclusive dar o aumento salarial de 10,67% ao funcionalismo. Se isso não fosse feito seria impossível, estaríamos como outras Unidades da Federação, com dificuldades de pagar a folha de pessoal. Em relação a janeiro de 2016 comparado com janeiro de 2015, logicamente o impacto para nós foi significativo. O que ocorreu na base de 2015? Uma das medidas que adotamos, até porque não citei todas as medidas, mas é o recolhimento decendial do setor de energia elétrica, telecomunicações e combustíveis, que além do imposto do mês eles fazem um adiantamento do primeiro e do segundo decêndio, teria que pagar no mês seguinte, pagaram a partir do mês de janeiro no próprio mês. Então, no mês de janeiro eles pagaram relativo ao movimento econômico do mês de dezembro e mais o primeiro e o segundo decêndio de vendas de energia elétrica, telecomunicações e combustível. Isso representa algo em torno de R\$ 400 milhões a mais na arrecadação do mês de janeiro, uma arrecadação extraordinária do mês de janeiro, inclusive o que nos permitiu ajudar ao pagamento da folha de janeiro, que como falei, quando cheguei, em janeiro, que estávamos contando os centavos para poder pagar a folha do mês de janeiro. Então, logicamente, quando você compara janeiro de 2015 com essa receita extraordinária oriunda de medidas que adotamos, com janeiro de 2016, que não tem essas medidas, você verifica que há um crescimento apenas de 5%. Se expurgar isso, o crescimento é da ordem de 80%, se você expurgar da base de janeiro de 2015 essas medidas que acabei de citar. Bem, com relação à questão da aviação civil, acho que é o impacto da crise econômica do Brasil, não vamos achar que o problema da aviação civil está no ICMS, no aumento do ICMS que o Estado do Paraná fez no combustível de aviação, é uma questão da crise econômica nacional, queda de atividade econômica, consequentemente desemprego, redução de massa salarial, tudo isso levou, logicamente, a uma redução do número de pessoas que estão dispostas a viajar de avião, ou buscar outras formas de viajar, ou mesmo não viajar mais. Então, isso tem impacto nos meios de transportes, sejam eles aeronaves ou qualquer outro tipo de transporte. Não me nego a discutir em relação ao setor e ver exatamente quais são as causas da redução do número de passageiros no Brasil. Mas, certamente, não é o ICMS. Se fosse apenas o ICMS seria fácil resolvermos isso no Brasil. Reduzimos ICMS e voltamos a ter aquela quantidade de passageiros todos que tínhamos alguns anos atrás. Infelizmente, não é tão simples quanto foi colocado aqui. Mas logicamente estamos sempre dispostos a conversar com o setor e encontrar formas de equacionar diversos problemas, desde que isso esteja sob a governabilidade do Estado e isso não interfira em setores importantes como saúde, educação, que é vinculado, logicamente, o ICMS a essa arrecadação. Lembrando bem que quando houve o aumento nas alíquotas do combustível de aviação e da gasolina, que ocorreu em 2015, isso gerou um impacto significativo na arrecadação. Só de querosene de aviação estamos falando de um crescimento da arrecadação na ordem de 150%. Gerou os resultados? Sim, gerou os resultados que esperávamos.

**DEPUTADO CHICO BRASILEIRO (PSD):** Secretário, gostaria de insistir no tema, porque existem dados que são importantes que possamos analisar. O aeroporto de Foz do Iguaçu, mesmo com a crise, cresceu 10% o número de passageiros, 10%. Isso é significativo dentro de uma crise! Com a permanência dessa situação do reajuste para 18% do ICMS, as empresas estão anunciando uma retirada de voos, aliás, já está fazendo isso. Se entrarmos no site das grandes empresas, para o mês de abril não temos, praticamente, mais voos diretos Foz do Iguaçu-Curitiba. Também estão sendo retirados voos diretos Curitiba-Maringá; Curitiba-Londrina; Curitiba-Cascavel. Ou seja, é um impacto imenso, e temos que avaliar isso, as consequências dessas medidas, Secretário, porque não estamos em um momento em que o setor de turismo está em decréscimo; ao contrário, o turismo está crescendo, porque é a nossa tábua de salvação. É o turismo que pode atrair o turista internacional, em função do dólar, e é este o momento que temos para fomentar o turismo, incentivar e colocar na mesa de negociação com as empresas aéreas essa questão do ICMS. Faça este apelo a V.Ex.a. Isso não é um discurso político, é um discurso que temos que colocar claramente para evitar as consequências na economia deste setor, que vem sendo um setor pujante dentro da economia do Paraná. Um exemplo disso é que o Estado do Rio Grande do Sul baixou essas alíquotas justamente para propiciar o aumento de voos para o Rio

Grande do Sul, e outros Estados do Brasil estão fazendo o mesmo. Então, iremos perder muito, e gostaria da sua atenção, da atenção do Governo para que possamos enfrentar essa situação e reverter essa diminuição de voos dentro do nosso Estado. Agradeço.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Elio Rusch - DEM):** Secretário Mauro, não quer fazer tréplica? Deputado Tadeu Veneri.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Sr. Secretário, boa tarde. Cumprimentá-lo e a toda a sua equipe. Antes de fazer a pergunta, Sr. Secretário, gostaria apenas de, mais uma vez, fazer uma solicitação. Aprovamos aqui, se não estiver enganado, em agosto do ano passado, uma solicitação para que a Sefu pudesse liberar as senhas para os Deputados, para que tivéssemos acesso ao Siafi e acompanharmos o orçamento de uma forma mais eficiente e mais eficaz, até para que, quando o senhor vir aqui, também tenhamos condições de fazer esse debate com o conhecimento acumulado ao longo do quadrimestre. Então, faço essa solicitação para que V.Sa. possa acompanhar esse pedido, que já fizemos há algum tempo aqui. Tem três perguntas, aliás, duas perguntas que gostaria de fazer ao senhor. Primeiro, acompanhei, no final do ano e início deste ano, em um debate, que por vezes foi público, entre o senhor e o Presidente do Tribunal de Justiça, a respeito dos valores que são repassados, e que muitas vezes, como o senhor falou, acabam fazendo falta para um lado e sobrando para o outro. Esse foi um debate público, então, estou me referindo a posições distintas, mas em um debate público. A pergunta é se na próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias, que vem agora aqui a Casa, em meados de maio, junho, se o Governo do Estado, o Governador Carlos Alberto Richa e o senhor pretendem alterar esses percentuais, uma vez, ou alterar esses percentuais, ou colocar, ou até, como em algumas vezes acontecia, até os percentuais, por exemplo, na Assembleia Legislativa, até 5% e não 5% como sendo o teto, e mais do que o teto, pior do que o teto, o piso. Falo isso porque tenho concordância plena de que temos poderes, e a Assembleia Legislativa não é diferente, que tem muito mais recurso do que necessitaria. A prova disso é que a Assembleia Legislativa devolveu cerca de R\$600 a R\$800 milhões nos últimos anos, e quem devolve R\$800 milhões é porque não precisa de R\$800 milhões, mas se você consegue fazer essa economia, e acho que consegue com tranquilidade, aqui não faltou absolutamente nada. Nem no dia 29 de abril faltava água, ou cafezinho aqui dentro. Quando o pau comia lá fora, aqui o cafezinho estava liberado. Acho que se não falta nada aqui dentro, certamente essa economia não trouxe prejuízo aos Srs. Deputados. Então, essa é a pergunta que eu faço ao senhor, se há uma pretensão de se acertar esses percentuais. Como o senhor já falou aqui, o Paraná é um dos poucos Estados, talvez, que ao invés de ter orçamentos específicos, tem percentuais fixos, e essa é uma discussão que vem desde 88, com a Constituição. A segunda pergunta é sobre, na mesma linha desta, quanto a Assembleia transferiu, de fato, para o Poder Executivo; se essa transferência é contábil, se ela é meramente contábil, ou se de fato os recursos são alocados e depois são devolvidos ao término do ano, e onde esses valores, na sua gestão, obviamente, porque na anterior o senhor não tem, talvez, não diria condições, condições sei que o senhor tem, mas sei que não é sua responsabilidade de responder, mas na sua gestão, onde foram alocados, ou onde se pretende alocar esses recursos no ano de 2015, no ano de 2016 e 2017.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Primeiramente, queria saudar o nobre Deputado Tadeu Veneri. Em relação à questão do Siafi, é preciso que seja modificado o Siafi. Hoje precisa se criar restrições em relação a essas senhas para consulta; não é permitindo que possa fazer alterações em relação às informações ali estabelecidas. Já solicitei ao setor próprio que pudesse elaborar, junto com a Celepar, a constituição de senhas com essas características, de maneira que elas pudessem ser disponibilizadas aos Parlamentares para consulta, e não para alteração das informações ali colocadas. Em relação à questão da LDO, ainda não definimos. Tive a oportunidade de comentar isso aqui, com a pergunta de outro Deputado, que não definimos como será enviada a LDO, a proposta da LDO para o exercício de 2017. Vamos alterar significativamente os anexos da LDO, para deixar mais transparentes as renúncias fiscais que o Estado deu e continua dando, a questão dos riscos fiscais, de tal maneira que possamos, por intermédio da LDO, dar uma maior transparência em relação à situação do Estado. Em relação aos recursos que foram devolvidos da Assembleia, no ano passado, eles foram usados basicamente para pagamento da insuficiência financeira, no pagamento dos inativos e pensionistas, assim que foram contabilizados esses recursos que retornaram da Assembleia no ano passado.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Sr. Secretário, esses valores que o senhor fala que foram adequados a insuficiência não é aquele percentual, aquele valor que dá - na vez anterior que o senhor esteve aqui, o senhor falou que não estava sendo recolhido, porque havia um entendimento do Estado com relação aos aposentados - que a cota parte dos aposentados do Estado que está na Previdência não deveria ser recolhido, sendo que não é a isso que o senhor está se referindo.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Não.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Entendo que não seja isso, que sejam valores para complementar o pagamento de folha de aposentados. A outra resposta que o senhor nos dá, e acho que o Siafi já está encaminhando, mas volto a insistir que pudéssemos ter uma sinalização, de fato, se há possibilidade de nós... Sei que isso é uma discussão que vai ser feita com os demais Poderes, com o Tribunal de Contas, inclusive que não é um Poder, mas está vinculado à Assembleia Legislativa indiretamente, mas tanto o Ministério Público, como o Tribunal de Justiça, e é natural que tenham resistência também, todos têm, mas para que tenhamos uma compreensão se isso é possível. Falo, Sr. Secretário, porque duas vezes já tentamos aqui, através de emendas, fazer com que isso ocorresse. Obviamente não houve entendimento da maioria dos Srs. Deputados. Esse entendimento também não havendo, também não adianta apresentar, porque ai simplesmente faz para marcar a posição. Não é essa a intenção. A intenção é que de fato tenhamos condições de atender todos os Poderes, mas também condições de não fazer com que haja recursos, que por haver, muitas vezes, uma sobre desses recursos, excessiva, acabam tendo uma utilização que não necessariamente é aquela que talvez fosse a intenção do contribuinte quando paga seus impostos, para ter um serviço público melhor. No mais eu lhe agradeço, e estou contemplado com a sua resposta.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Estamos avaliando isso. Logicamente mostrei aqui que temos sobras que montam R\$940 milhões nos diversos Poderes. Mesmo depois de pagando todos os compromissos de restos a pagar contabilizados, ainda há sobras de R\$940 milhões em diversos Poderes,

enquanto há falta em outro. Acho que é necessário fazer o equilíbrio em relação às despesas e receitas, para que não haja sobra em um e falta em outro, em especial naquele que tem a responsabilidade do atendimento mais direto à população.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Próximo Deputado inscrito, Deputado Evandro Araújo.

**DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSC):** Boa tarde, Secretário, cumprimento do Secretário Mauro e a equipe toda da Sefa aqui presente. Secretário, a minha pergunta, em parte, foi até contemplada pelos colegas aqui que já fizeram indagações a respeito do ajuste fiscal. Peguei como exemplo aqui, no caso do cigarro, a taxaço do cigarro. A Receita Federal diz que é o limite de tributos para não descambar para sonegação e contrabandos, a alíquota praticada. A minha pergunta é: o Estado fez um estudo do aumento da alíquota de ICMS no sentido de evitar sonegação e até evitar que não houvesse uma retração, de fato, na economia? Porque quando V.Ex.a cita o exemplo de outras Unidades da Federação, temos uma realidade da economia paranaense, que deve ser observada, diferente de outras Unidades. Por exemplo, foi citado o Estado de São Paulo. O Paraná tem o seu ritmo econômico. Esta é uma preocupação que temos, se de fato isso não foi observado. E também se há alguma intenção ou previsão de rever algumas alíquotas, no sentido de tentar restabelecer ou mesmo aumentar essa nossa atividade econômica do Estado. Esta é uma pergunta. A outra pergunta que me chamou a atenção aqui na sua fala, quando V.Ex.a cita as despesas com ensino superior, e o Secretário até disse que é motivo de alerta, essas despesas com aumento do ensino superior. Sou membro da Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, visitamos cinco das sete universidades estaduais do Paraná, e vimos que seguidamente nos últimos anos, de 2011 para cá, o Governo não vem, por exemplo, obedecendo o orçamento para custeio, e esse ano também a situação foi, de fato, crítica, V.Ex.a deve confirmar isso. Esse aumento de 2015 não se deve a pagamentos de atrasados dos anos anteriores? Porque o que vimos na realidade das universidades, se de fato não se sente uma presença mais evidente de suprir as necessidades básicas das universidades. Ressalto, principalmente em relação ao custeio, vemos muita deficiência para cumprimento do orçamento para custeio nas universidades do Paraná.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Com relação à questão das alíquotas do ICMS, citei São Paulo, mas poderia citar Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará, poderia citar Brasília, qualquer outra Unidade da Federação, porque a alíquota modal, ou seja, a alíquota que ocorre com maior frequência em todas as Unidades da Federação, talvez só tenha uma Unidade da Federação com uma alíquota de 17%, todas as outras as alíquotas são de 18%. Acho que o paranaense não é diferente do restante do Brasil, não tem características diferentes; estou falando no que se refere ao varejo. Tributação no varejo no Paraná é igual à tributação em todas as Unidades da Federação. O que havia era uma subtributação, por isso foi equiparada a tributação às outras, e quando você subtributa, falta dinheiro para as outras coisas, para educação, para saúde, para diversas outras atividades. Então, é um dilema, você quer gastar mais em educação, vai tirar de onde, se você quer também que as pessoas paguem menos tributo, de onde você vai tirar o dinheiro? Aqui não somos como o Governo Federal, que tem uma maquininha de imprimir moedas ou de emitir títulos para captar dinheiro no mercado. Aqui vocês podem observar, conforme falei ali anteriormente, que 80%, se não me falha a memória, 88% da arrecadação do Estado advém dos paranaenses e não de transferência de outros entes, como o Governo Federal ou outras fontes de recurso. Então, a tributação do varejo aqui do Paraná é igual à tributação no varejo em todas as Unidades da Federação. Consideramos o paranaense igual a todos os outros brasileiros, capazes de pagar os tributos como os outros o são. Em relação à questão da queda da atividade econômica por conta da tributação, isso não existe. Como a tributação no varejo é semelhante, não há qualquer diferenciação em relação à tributação que impacta a atividade econômica no Estado. O Estado do Paraná vai ser impactado, sim, já está sendo impactado pela queda da atividade econômica no Brasil, não igual às outras Unidades da Federação, mas porque aqui tem um setor agrícola pujante e tal, que tem uma situação diferente, por exemplo, da situação da indústria. Mas a indústria do Paraná tem os mesmos problemas das indústrias de outras Unidades da Federação. Então, é algo que temos que estar sempre presente. No que se refere ao setor industrial, aqui tem um setor industrial incentivado. Falei de 18% no varejo, mas na indústria tem muitas indústrias que não pagam ICMS, por conta de incentivos que foram concedidos pelo Estado, ou pagam alíquotas efetivas de ICMS muito baixas, de tal forma que possam competir com indústrias em outras Unidades da Federação que dão também incentivo fiscal. Então, o Paraná está na guerra fiscal como as outras Unidades da Federação estão, de tal forma que possamos atrair indústrias para cá ou mesmo manter as indústrias que estão aqui instaladas. E não é deste Governo, já vem, inclusive, de vários Governos anteriores essa política de concessão de incentivos fiscais ao setor industrial. No que se refere ao custeio das universidades, entenda-se custeio pessoal também; pessoal não deixa de ser custeio das universidades, não só das universidades, mas dos diversos órgãos. As pessoas: "Ah! O custeio administrativo é uma coisa pessoal." Não. Os recursos todos advêm da mesma fonte de recurso, que é de tributos. Se a opção é pagar salário, ótimo, vai faltar para outra coisa. Então, se a opção é pagar salários melhores para as universidades, vai faltar recursos para as outras áreas, a não ser que você aumente a carga tributária do paranaense para cobrir excessos de pagamentos em determinadas áreas. Então, vocês podem observar que na universidade cresceram as despesas mais de 24% em 2015 em relação a 2014. Foi uma opção das universidades, logicamente aprovada pelo Governo, mas isso tem impacto em outras áreas, no custeio administrativo. Tem que agora buscar fontes alternativas, as próprias universidades têm que encontrar fontes alternativas próprias ou parcerias com iniciativas privadas para manter o custeio, para que o Tesouro possa arcar com as despesas de pessoal nos níveis salariais pagos hoje pelas universidades.

**DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSC):** Neste momento que foi praticado aumento de alíquota de 50%, Secretário, até entendo que estamos falando... A comparação é com as Unidades da Federação e por todo o Brasil, mas já se avizinhava uma crise econômica no Brasil, e penso que isso de fato impactou no Estado de maneira razoável. Em relação às universidades, reitero que nas nossas visitas vimos nas universidades, de fato são uma grande dificuldade com o custeio administrativo básico, obviamente com pendências e falta de pessoal também. Temos uma deficiência de pessoal nas universidades e também problemas de obras paradas. Então, de fato esse incremento que houve, esse aumento que houve da

despesa com a universidade precisa ser melhor explicado, em função da realidade que a própria Comissão encontrou em cinco das sete universidades do Paraná.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** É importante, talvez, abriremos esse debate aqui. Vamos ver quanto custa cada universidade, quanto cada professor está ganhando, de tal forma que possamos inclusive comparar o que está acontecendo aqui, com o que está acontecendo no Brasil, e ter as explicações em relação ao porquê do crescimento de 24% de 2014 em relação a 2015. Acho que é importante ter esse debate e saber onde, de fato, estão aplicando os recursos, porque são recursos do povo. Então, é importante que os Parlamentares aqui abram esse debate e saibam onde os recursos estão sendo aplicados, validem ou não, e definam: "acho que devemos tirar da saúde para botar nas universidades; acho que devemos tirar da segurança pública para botar nas universidades", porque o dinheiro é um só, ele está aplicado nas diversas áreas para que possamos melhor definir em termos de aplicação de recursos, se for essa a prioridade estabelecida pelo Parlamento. Então, acho que estamos abrindo os números aqui para que os senhores possam avaliar qual a melhor forma de aplicação desses recursos que pertencem ao povo. Não pertencem ao Estado e nem aos Parlamentares; pertencem ao povo.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Próximo Parlamentar inscrito, Deputado Maurício Requião.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Sr. Secretário, tenho certeza de que as perguntas todas que eu queria fazer não cabem no tempo, nem na censura que seria colocada aqui hoje a nós, mas tenho algumas coisas objetivas. Primeiro, vamos discordar sempre, na visão econômica, da linha a qual o senhor segue, que o atual Governo segue, e a linha que eu gostaria que fosse seguida. Diante de uma crise, vejo que o incentivo ao pequeno e médio empresário deveria ser implementado no Estado, e não o arrocho fiscal. Mas isso são questões de linha de Governo e linha econômica. Acredito que a substituição tributária e o aumento das alíquotas colocadas no Paraná teve um impacto muito grande na família paranaense e nos nossos pequenos e médios, principalmente, empresários. Eles sofreram muito com isso, e acho que o ganho foi muito pequeno. Acho que o custo benefício desse arrocho não se faz tão positivo quanto a sua visão. Uma questão pessoal de visão, não uma crítica. Mas temos a informação de que a Companhia Paranaense de Securitização pretende realizar operações de antecipação de recebíveis no mercado financeiro. Também corre a notícia de que se pretendem oferecer em garantia dessas operações não apenas os títulos, mas recursos de fonte do Tesouro, talvez Fonte 100, o que me assusta muito. Se isso acontecer, estaremos colocando em risco a solvência de governos futuros. Não deste Governo, que graças a Deus é findouro [sic]. É isso mesmo o que pretende o Governo nessas operações? Tem sido feitos estudos neste sentido, a fim de se entender os impactos aos cofres públicos, agora e futuramente? E se esta Casa será questionada sobre isso, muito embora o questionamento aqui, às vezes, se faça muito mais caricado do que um verdadeiro debate.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Com relação à pequena e microempresa, não há qualquer ação por parte do Estado que tenha aumentado a carga tributária da micro e pequena empresa, até porque a carga tributária das micro e pequenas empresas está estabelecida na Lei Complementar 123, e está lá o ICMS, a alíquota máxima de 3,95, se não me falha a memória. É isso, Calixto? Então, a alíquota no varejo não mudou, de forma alguma, em relação à micro e pequena empresa...

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** A substituição tributária é a que me refiro, no impacto.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** A substituição tributária não é de agora; a substituição tributária já vem de longas datas. Em relação à distribuição tributária, não é algo que ocorre apenas aqui no Estado do Paraná; ocorre em todas as Unidades da Federação, e a alíquota de venda no varejo continua a mesma, privilégio da Lei, de 3,95, que aqui ainda tem privilégio adicional, que as microempresas, com faturamento de até R\$360 mil, são isentas do pagamento de ICMS, diferente das diversas outras Unidades da Federação, e quem fatura por ano até R\$3 milhões e 600 mil tem uma alíquota de 3,95%. Isso não mudou. Esta gestão não mudou a tributação da micro e pequena empresa. Com relação ao Paraná Securitização não procede a informação de que serão dados em garantia recursos do Tesouro. Até porque se fizéssemos isto, estaríamos contrariando a própria Lei aprovada por esta Casa, que não permite que seja dado qualquer tipo de garantia a essas pessoas que vão adquirir essas debêntures que serão emitidas pelo Paraná Securitização, até porque se isso fosse feito, caracterizaria uma operação de crédito, e como tal, teria todos os pré-requisitos estabelecidos na Lei Complementar n.º 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Resolução 43 do Senado Federal. Não há qualquer possibilidade de se dar garantias em relação a isto. As garantias serão os próprios títulos, que serão emitidos no momento adequado. Já fizemos a licitação, a contratação da instituição financeira que vai estruturar a operação. Foi o HSBC que ganhou. Fizemos a licitação, também, da auditoria independente, e quem ganhou foi... Fugiu-me o nome, se alguém souber, me ajude... A KPMG que ganhou a licitação. Também fizemos uma licitação para contratação do órgão de contabilidade. Quer dizer, tudo está seguindo um processo de licitação, com muito cuidado, com relação a esta questão, de tal maneira que possamos garantir, em relação à transparência desta operação, que gerará recursos importantes para podermos atender às previsões orçamentárias no que se refere a investimentos tão importantes a serem feitos no Estado, em especial na área de transporte rodoviário.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Como eu disse, o tempo é curto para o embate. Gostaria de entrar mais sobre a substituição tributária, os estudos das federações, das associações comerciais, mas não temos o tempo necessário para este debate aqui. Uma coisa me preocupa: no penúltimo *slide*, ampliar a arrecadação de receitas tributárias. Isso, no meu português, traduz-se para mais arrocho fiscal, aumento de impostos, aumento de alíquotas, coisa que o Paraná já não suporta mais. Acho que vamos acabar provando a Teoria de Laffer aqui no Estado. Se continuarmos subindo esses impostos, chegaremos ao ponto em que a sonegação se tornará inevitável, ou quebraremos as empresas com a arrecadação. Eu vi, ali, em *tentar diminuir a inadimplência, buscar novas soluções*, diminuímos a inadimplência aqui, baixando o imposto e aumentamos a arrecadação. Seus técnicos podem confirmar isso, porque trabalharam no Governo PMDB. Acho uma saída mais lógica a diminuição, para evitar a inadimplência, em momento de crise. Alguns deles aqui trabalharam com o Secretário Heron e podem lhe trazer



essa experiência de primeira mão. Mas, fugindo dessas questões, preocupa-me, porque ontem tivemos aqui uma categoria, uma declaração sua hoje em Londrina, se não me engano, de que não há o interesse de contratar os agentes penitenciários, que não há necessidade disso. Sou cobrado, como Líder da Oposição e por eles, para perguntar se é essa posição do Estado ou, como já tivemos, apenas uma opinião pessoal sua, que pode diferir da do Governador, porque eles passaram horas trancados em uma sala ontem negociando a possível contratação, e se o senhor, como Secretário da Fazenda, não avalizar essa contratação ou essa ideia, eles perderam horas ontem em uma negociação que pode se tornar inútil.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Com relação à ampliação da receita tributária, comentei ali que de forma alguma estamos prevendo para 2016 ou anos seguintes qualquer aumento de carga tributária via criação de novos impostos, ou novas taxas, ou novas contribuições, ou mesmo aumento de alíquota de tributos existentes. Isso está fora do radar da Secretaria da Fazenda e do Governo como um todo. Estamos falando ali de ampliação da arrecadação tributária via combate à sonegação e à inadimplência. Infelizmente ainda existe no Estado do Paraná, apesar de todas as medidas que foram adotadas, conseguimos reduzir o nível de inadimplência e sonegação, mas tem muito espaço ainda para prosseguirmos. Acho que a experiência mais exitosa que tivemos até agora, de maior visibilidade, foi a implantação da *Nota Paraná*, que é o projeto do CPF na nota, que tem levado, já temos mais de 6,5 milhões de pessoas diferentes informando o CPF na nota, tivemos mais de... Acho que já estamos hoje talvez em 120 milhões de notas fiscais eletrônicas emitidas, o maior número de notas fiscais eletrônicas emitidas no Brasil, é maior do que em São Paulo, maior do que em todas as Unidades da Federação, com devoluções de recursos de mais de R\$80 milhões e com impacto também na arrecadação. Quer dizer, estamos dividindo esse adicional de arrecadação com os cidadãos que estão solicitando o CPF na nota, e dessa forma estamos permitindo uma redução da carga tributária individual; essas pessoas estão pagando menos do que pagavam no passado, no momento em que estarão recebendo de volta 30% do imposto recolhido pelo estabelecimento comercial, e ainda tendo a oportunidade de participar de premiação em dinheiro. Então, acho que é um dos exemplos de sucesso que implantamos aqui no Estado do Paraná, e várias outras medidas que estamos adotando, e ao mesmo tempo permitindo, por intermédio do PPI, que é o Programa de Parcelamento Incentivado, que foi aprovado aqui por esta Casa também, que aquelas pessoas que quiserem pagar os seus impostos atrasados, possam pagar de uma maneira que não comprometa significativamente o seu fluxo de caixa presente e futuro em até 10 anos. Tivemos no ano passado a adesão de milhares de pessoas físicas e jurídicas com montantes negociados da ordem de R\$1 bilhão e 700 milhões. Então, acho que as medidas estão tendo resultados. Tivemos a oportunidade de observar aqui os resultados alcançados, e é continuar nessa linha, quando falo de ampliação da receita tributária é continuar nessa linha de combate à sonegação... (É retirado o som.) No que se refere aos agentes penitenciários, quer dizer, não há intenção, no momento, de contratação dos agentes penitenciários, até porque estamos com 20 novas unidades prisionais para serem construídas, grande parte delas ainda no exercício de 2016, e quando essas unidades prisionais estiverem construídas haverá a necessidade de contratação dos agentes penitenciários. Neste momento, logicamente, serão contratados os agentes penitenciários necessários ao atendimento dessas novas unidades prisionais. Não há necessidade no momento, mas haverá a necessidade em breve, no momento em que essas unidades prisionais estiverem aptas a serem operadas, e serão operadas por esses agentes penitenciários concursados que ainda não foram chamados.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com a palavra o Deputado Marcio Pauliki.

**DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT):** Ok, Sr. Presidente. Sr. Secretário, temos aqui uma questão, inclusive o Deputado Requião falou também sobre isso, a questão da ST, da Substituição Tributária. Na questão da *Nota Fiscal Paraná*, ela tem um ponto negativo em relação ao consumidor: eles, muitas vezes, acham que vão ser ressarcidos do imposto daquele produto que hoje está em ST, e muitas vezes não está. O Governo do Estado, no início da propaganda, falando sobre o *Nota Fiscal Paraná* - eu até tinha alertado sobre isso - acabou se atendo mais em cima do ressarcimento do que nas premiações. Aí acabou se fazendo mais um foco nas premiações e, hoje, realmente, o consumidor pode ser motivado mais por isso, porque praticamente 80% dos produtos são em Substituição Tributária e não pagam esse ressarcimento. Tem um lado interessante do Governo, que é o fato de que ele consegue recolher os impostos antes do fato gerador, e também não há o questionamento de sonegação, afinal de contas é antes do fato gerador. Neste momento que o País atravessa e as empresas estão tendo que se adaptar a este momento de crise, onde há uma queda de vendas de 20% de média, houve um aumento de impostos federais, e aqui também o fato do ICMS de 12 para 18, houve uma concentração maior desse aumento. Tudo bem que saímos de 12 para 18, está equalizado com os demais Estados, mas o impacto do comércio do Paraná acabou sentindo maior a crise do que foi nos outros Estados, e também com o aumento da inadimplência. A pergunta é a seguinte: após esse ajuste fiscal é possível um debate com o Governo, com o senhor, trazendo as entidades, talvez alguns varejistas, principalmente industriais, também, para se discutir o pagamento dessa ST? Porque hoje as empresas, nesta dificuldade que estão, vão ter que escolher, logo, logo, entre pagar, honrar a sua folha de pagamento, ou honrar os impostos. Talvez o que o Deputado Chico Brasileiro tenha alertado, e que tivemos apenas um aumento de 5% na arrecadação de janeiro a janeiro do ano passado, talvez seja até pelo aumento de inadimplência dessas empresas que não estão conseguindo honrar os impostos, porque hoje não conseguimos pagar os salários, as despesas com a rentabilidade. Os varejistas, os empresários pagam com o fluxo de caixa, e o que está faltando hoje, justamente, é fluxo de caixa, e pergunto: existe a possibilidade de um debate para que possamos parcelar a ST em algumas prestações, vamos dizer assim, para que os empresários possam honrar os pagamentos dos seus salários e honrar os parcelamentos? Talvez um valor parcelado maior seja melhor do que um valor à vista menor, justamente porque eles estão numa sobrecarga muito grande em relação à toda essa crise, em relação a todos esses problemas que estamos enfrentando. Eu digo "estamos" porque sou Presidente da Comissão de Indústria e Comércio, e sempre falo que "eu estou político", não sou. Eu sou, na verdade, um empresário associativista varejista, que dá mais de cinco mil empregos, e que realmente está sentindo muito esse peso da carga tributária, e que sentimos que são as pequenas, médias e grandes empresas

que estão nesse grande problema de fluxo de caixa. Então, lhe pedir se existe um alento, em relação ao Governo, para que se possa pensar em um parcelamento da ST que vai para a indústria, mas claro que todas as empresas do comércio sabendo disso vão acabar negociando com a indústria para que ela também dê um prazo melhor e assim elas possam sobreviver, pagar os salários e continuar no mercado. Esta é a pergunta, Sr. Secretário.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Quería, primeiramente, saudá-lo, nobre Deputado Marcio Pauliki, e dizer que a carga tributária no Brasil é mal distribuída, porque na realidade você tem: 70% dos tributos federais são recolhidos à União, em torno de 25% aos Estados e 5% aos Municípios. Se olharmos as responsabilidades em relação às funções públicas, verificamos que o Município tem uma responsabilidade grande, o Estado e a União, e muito mais do que a União, o Município e o Estado junto, e são responsáveis por uma arrecadação da ordem de 30%. Então, se a carga tributária está alta, não são tributos estaduais ou tributos municipais, são provenientes de tributos federais. Então, se é necessária uma redução de carga, temos que focar naquilo que de fato nos permita alcançar os resultados que o senhor aqui se propõe, porém, sem prejudicar a população do Paraná, porque toda essa arrecadação é devolvida à população por intermédio de ações na área dos Municípios, porque 50% do IPVA vai para os Municípios, 25% do ICMS vai para os Municípios, 30% do ICMS vai para a educação, 12% vai para a saúde, vai para a segurança pública, assistência social. Vocês veem aí a forma de distribuição dos recursos. Qualquer redução de tributos recolhidos pelo Estado dá um impacto direto na área de educação, de saúde, nas diversas outras áreas. Neste momento em que há uma queda da atividade econômica, e consequentemente uma queda do nível de emprego no Brasil, há com isso maiores demandas por serviços públicos, as pessoas costumam trocar a escola particular pela escola pública, o hospital privado pelo hospital público, o desemprego, por muitas vezes, leva a questões sociais que levam à demandas significativas na área de segurança pública, de assistência social. Quer dizer, uma crise econômica demanda mais ação pública e menos recursos públicos para poder atender a essas novas demandas. Então, a crise econômica afetará significativamente as pessoas, os serviços públicos, e temos uma preocupação muito grande em relação a que tenhamos os recursos necessários para poder atender os anseios da população paranaense. Logicamente tudo aquilo que não afetar o fluxo de caixa do Estado e que permita que consigamos manter a mesma qualidade dos serviços públicos que estão sendo demandados pela população, não há qualquer objeção. Temos que sempre pensar essas coisas, para que não se resolva um problema e crie outro problema em relação ao atendimento da população.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Por favor, som para o Deputado no Plenário.

**DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT):** Ok, Sr. Secretário, vamos então tomar liberdade, pela Comissão de Indústria e Comércio, com as entidades, e lhe apresentar um estudo da possibilidade desse reparcelamento dos impostos, para que essas empresas agora, nestes próximos meses, possam honrar os seus compromissos, seja com os seus colaboradores e principalmente com o Estado. Só queria terminar, reforçando o apelo do Deputado Chico Brasileiro, que comentou sobre a questão da aviação civil, de cidades que pode ser que não recebam mais as linhas áreas aqui do Paraná, dessas cidades de médio porte do Estado para outros *hubbies* como Campinas, como São Paulo, pelas companhias aéreas. Quería apenas exemplificar a questão de Ponta Grossa, que é a minha cidade, que também faz um apelo aqui para que possamos estudar essa possibilidade das alíquotas do combustível de aviação, porque, para o senhor ter uma ideia, por exemplo, Ponta Grossa é uma cidade que recebeu muitos investimentos do *Paraná Competitivo*, ela acaba abrangendo mais de 30 cidades a sua volta. Para o senhor ter uma ideia, todo aquele Projeto Puma, que temos em Telêmaco Borba, em Ortigueira, seria ali a vazão aérea pela cidade de Ponta Grossa, e tantas outras indústrias que ali se instalaram. Para o senhor ter uma ideia, há um investimento no aeroporto de Ponta Grossa, e mais do que o investimento em infraestrutura, hoje a Prefeitura colocou mais de 30 pessoas que estão lá esperando, acho que toda manhã eles acordam, saem do aeroporto, olham para cima, veem se está chegando o avião; se não chegar, voltam para dentro do saguão do aeroporto. Estão esperando esse retorno, quem sabe, da aviação, dessa companhia. Sabemos que é uma questão de oferta e de demanda, sabemos que se realmente o mercado é bom, as Companhias vêm para cá de qualquer jeito, mas neste momento, quem sabe uma questão fiscal para trazê-las até aqui, elas sentem que existe uma demanda, e depois seguirem o seu caminho e ajudarem no desenvolvimento da nossa região seria interessante. Então, peço o carinho, a compreensão da Secretaria de Finanças, para que possa estudar melhor essa possibilidade. Muito obrigado, Sr. Secretário.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com a palavra o Deputado Anibelli Neto.

**DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB):** Boa tarde, Secretário. Saudação aos Deputados presentes, os funcionários da Secretaria da Fazenda. O que o senhor chama de subtributação, entendo que é um fomento à economia, diminuindo impostos e aumentando a circulação, e efetivamente ajudando o pequeno. O senhor fala, muitas vezes, que outros Estados da Federação têm os impostos como justificativa para aumentar as alíquotas aqui do Estado do Paraná. Entendo que o Estado é um Estado diferente, tem as suas particularidades e, como tal, as coisas que deram certo em outras administrações deveriam ter sido mantidas, mas como o senhor é o *craque do time*, aquela pessoa que veio para fazer acontecer, deve ser respeitada, até porque a vontade da população nas eleições passadas foi para que esse grupo continuasse administrando o Estado do Paraná. Quero ver se nas próximas eleições isso vai acontecer, mas temos que respeitar. No ano passado a Fazenda aprovou nesta Casa uma Lei que autorizava o Tesouro capturar todos os saldos dos Fundos para o caixa único. A justificativa do Estado era de que alguns Fundos não utilizavam os recursos. Entretanto, no caso específico do Fundo da Infância e Adolescência, sabemos que a falta de execução se dava porque a Secretaria da Fazenda não liberava a programação orçamentária, e assim o FIA não tinha como gastar o dinheiro. Pergunta 1: isso acontecia com outros Fundos? Pergunta 2: por que a Sefa não fazia a programação orçamentária dos Fundos para que eles pudessem executar as suas ações? Isso foi uma estratégia para criar uma justificativa, para depois capturar os saldos dos Fundos?

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Primeiramente queria saudar o nobre Deputado Anibelli, e dizer que a micro e pequena empresa continua com a mesma tributação que existia antes, não mudamos a tributação

da micro e pequena empresa. Continuam sendo tributadas por intermédio da Lei Complementar n.º 123, conforme falei para o Deputado anteriormente, e com a alíquota de zero para quem fatura até R\$360 mil, que é o microempresário ou a alíquota de 3,95 na ponta, para quem fatura R\$3 milhões e 600 mil ao ano. Isso não modificou. Este Governo não modificou esta forma de tributação. Em relação às alíquotas do varejo, logicamente houve uma equiparação - a exceção das micro e pequenas empresas - houve uma equiparação ao que existe em outras Unidades da Federação; no que se refere às indústrias foram mantido os incentivos fiscais das indústrias. Então, não houve qualquer tipo de alteração em relação nem a indústria, nem a tributação da micro e pequena empresa. Com relação aos saldos, logicamente eu não estava aqui na época que se tomou a decisão de capturar, de utilizar os saldos dos Fundos para pagamento de outras despesas, mas a informação que tenho é que havia disponibilidade de recursos nesses Fundos, por isso que eles foram utilizados, e não houve qualquer ação por parte da Fazenda, pelo menos que eu tenha notícia, que eu tenha sido informado em relação a retardar a execução, e sim por questões operacionais de dificuldades que os Fundos têm execução, ou dinheiro demais que eram, eventualmente, alocados a esses Fundos, e não havia capacidade de execução daqueles recursos, tanto é que parte desses recursos foi utilizado pelo Tesouro, e não diria que foram utilizados não por causa não nobre; foram utilizados para pagamento de pessoal. Tenho aqui 300 milhões em caixa de um determinado Fundo, e está me faltando aqui despesa para pagar pessoal da área de saúde, educação e assistência social; claro que vai se sacar esses recursos para poder pagar outras necessidades do Governo. Foi isso que aconteceu com o FIA, foi isso que aconteceu com outros Fundos. O compromisso deste Governo é que todos os compromissos que foram aprovados pelo Cedca, que é quem administra o Fundo da Infância e da Adolescência, serão honrados pelo Tesouro, com recursos do Fundo de Combate à Pobreza e com as disponibilidades que hoje existem dentro do FIA. Só para vocês terem uma ideia, hoje existem cinquenta milhões de disponibilidade do FIA, e não são recursos do Fundo de Combate à Pobreza; são recursos que já existiam e continuam existindo dentro do FIA, que tem dificuldades em termos de execução, por isso que sobrou esse saldo. Mas nos comprometemos a executar tudo o que foi aprovado pelo Cedca, executado na forma, aprovado pelo Cedca, desde que tenha algum sentido ainda a aplicação dos recursos na forma que foram aprovados pelo Cedca, com recursos do Fundo de Combate à Pobreza.

**DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB):** Quando digo a questão do pequeno, eu digo não só a questão da tributação, mas os outros artigos que fazem parte da despesa de um estabelecimento, como por exemplo, a luz. Gostaria de fazer uma pergunta e quero que o senhor entenda e não leve a mal, é com todo o respeito. Tornou-se comum perante a população paranaense o jargão de “o melhor está por vir”, do Governador Beto Richa, logo após a reeleição. Neste um ano e meio, que acredito que o senhor está aqui já, faltando um pouco mais de dois anos e meio para o término deste governo, o senhor hoje pode dizer que “o melhor está por vir”, para o Estado do Paraná, durante este mandato?

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** É só olhar o que está acontecendo no Paraná e olhar o que está acontecendo em outras Unidades da Federação. Acho que o Estado do Paraná e o paranaense já deve se sentir orgulhoso em relação ao que está acontecendo aqui. Olhe para o lado! Olhe para Santa Catarina, olhe para o Rio Grande do Sul, olhe para São Paulo, olhe para o Mato Grosso do Sul! Olhe para qualquer Unidade da Federação e olhe o que está acontecendo aqui no Estado do Paraná! Acho que estamos bem melhores do que as outras Unidades da Federação. Então, o melhor, de fato, está acontecendo. Não é que está por vir, já está acontecendo aqui no Estado do Paraná.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com a palavra o Deputado Nelson Luersen.

**DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT):** Boa tarde, Sr. Secretário. Quero cumprimentar os servidores da Sefá. Dizer a V.Ex.a que todos somos sabedores das dificuldades econômicas, da queda da atividade do Brasil. Isso, com certeza, afeta os Estados e os Municípios, e não é diferente com a União, mas temos os dados que valem a pena ressaltar, Sr. Secretário. No final de 2014 o IPVA subiu em alíquota 40%, de 2,5 para 3,5, 40% de aumento. Sabemos que não vai aumentar 40% a receita, porque quando se aumenta as alíquotas, a sonegação, e muitas vezes, até digamos assim, a aquisição de veículos também diminuiu, com isso vamos ter 40% de aumento. ICMS também, vamos dizer em alíquota, aumentou 50%, de 12 para 18; esse ICMS está embutido na ST, ele está embutido em todas as atividades referentes que recolhem ICMS. Em 2015 percebemos aqui que V.Ex.a apresentou um balanço dizendo que tivemos um aumento de receita de 2.3%. Acho que foi muito bom, devido ao fato de a União ter arrecadado 3% a menos do previsto, ou menos da inflação, o Paraná conseguiu 2.3 acima da inflação. Tivemos um superávit, então, como V.Ex.a demonstrou, de dois bilhões no ano de 2015, R\$ 2 bilhões. Mas também, em 2015, havemos de convir aqui, que o aumento do servidor público foi da ordem de 3.47, quando deveria ter sido de 8.17, em maio, e também tivemos os servidores aposentados, que eram de responsabilidade do Estado, que passaram para o Parana Previdência. Então, esse superávit de 2.3%, acho que não tem muito que comemorar. Acho que foi pequeno, apesar das dificuldades econômicas, sabemos que houve, sim, um arrocho, tanto com os servidores públicos, ou seja, com o Parana Previdência, e também na alíquota que aumentou, porque a alíquota quando aumenta, muitas vezes há uma evasão de empresas, que se dirigem a outros Estados ou deixam de investir no Estado, porque entendem que o Estado deixou de ser atrativo, como era no passado. E sabemos que este ano, Sr. Secretário, tivemos um aumento, em janeiro, de 10.67% na folha. Então, como V.Ex.a mesmo disse, serão R\$2 bilhões e 100 milhões a mais de folha de pagamento. Hoje, vendo uma notícia e vendo uma propaganda do Governo, dizia que este ano o Governo terá um superávit de 8 bilhões. Gostaria, Sr. V.Ex.a puder, que nos explicasse de onde virá esse superávit, de que maneira vai acontecer esse superávit, porque baseado no superávit do ano passado, acho que não existe uma previsão de uma super receita, nem uma diminuição de despesas tão grande que possa ocasionar um superávit de US\$ 8 bilhões no ano de 2016. Gostaria, se possível, que V.Ex.a nos explicasse de onde virá esse superávit de US\$ 8 bilhões.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Bem, não existe essa previsão de superávit de R\$8 bilhões; o que existe é uma expectativa de investimentos de R\$8 bilhões, sendo que R\$3 bilhões e 700 são oriundos de receitas do Tesouro, e o restante, 4 bilhões e 300 são oriundos de receitas das

empresas estatais, Administração de Portos, a Sanepar e a Copel. Esses recursos já estão consignados no orçamento do Estado para 2016. Parte deles é com receita do Tesouro e outros com receitas não tributáveis, que já estão consignadas no orçamento de 2016. O superávit de R\$2 bilhões, os dois bilhões e meio de reais do exercício de 2015, foi feito um esforço muito grande, várias ações foram feitas por parte do Estado no sentido de renegociação de contratos, de revisão de licitações em curso, contenção de crescimento de folha de pessoal e de encargos sociais, de tal maneira que pudéssemos alcançar essa redução de despesas de 7,8% real, e um crescimento de receita de 2.3 real. Acho que se olharmos o que está acontecendo no Brasil, saberemos dar valor ao que está ocorrendo aqui no Estado do Paraná. Todos estão numa situação muito difícil, e o que fizemos em 2014, com impacto em 2015, eles fizeram em 2015 com impacto em 2016. Tanto é que se vocês observarem a inflação do mês de janeiro de 2016, o Estado do Paraná é o Estado de menor inflação do Brasil. Enquanto o Brasil tem uma média de 1,23 de inflação no mês de janeiro, aqui no Estado do Paraná é 0,94, 95%, exatamente por conta do que fizemos lá atrás. Eles estão fazendo agora em 2016, atrasados, porque já estão em crise todas as outras, ou a maioria das Unidades da Federação.

**DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT):** Bem, Secretário, desculpe o meu equívoco. Realmente são investimentos os oito bilhões, não é em superávit. Mas há uma contradição também. Este ano V.Ex.a nos diz aqui que no ano de 2015 tivemos um bilhão de investimentos por parte do Governo - parece-me que eu vi isso no relatório - um bilhão de investimentos que foi feito por parte do Governo. Como é que se salta de um ano de um bilhão para oito bilhões no ano seguinte? Realmente sabemos que vão ser recursos das estatais, das empresas, não vão ser só recursos do caixa do Governo, mas mesmo assim vemos que é um investimento altíssimo. Se acontecer realmente, vai ser importante para o nosso Estado, espero que em 2017 possamos realmente dar parabéns, digamos assim, ao Governo, por ter conseguido esses oito bilhões de investimentos mesmo envolvendo as estatais. Mas é um desafio, realmente, chegarmos ao final de 2016, quem sabe, com investimento do Governo da ordem de pular de um bilhão para quatro bilhões. Então, este é o meu entendimento, vai ser um desafio muito grande se chegar agora, no final do ano, e termos um aumento, um incremento de investimento dessa ordem.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Coloquei no último *slide* como de fato um desafio. Acho que temos em 2016 dois grandes desafios: o primeiro é manter o ajuste fiscal. Com esse quadro político, econômico que vivemos hoje no Brasil, é manter o ajuste nas contas públicas, será um grande desafio neste ano. O segundo desafio é cumprir, executar os investimentos que estão previstos no orçamento de 2016, e concordo com o senhor que esse é um grande desafio, temos dois grandes desafios, e é com esses dois desafios que estamos dispostos e trabalhando para enfrentá-los e para alcançar, em 31 de dezembro estarmos aqui comemorando, em janeiro de 2017, esse recorde de investimentos no Estado, que certamente melhorará profundamente a competitividade do Paraná *vis a vis* outras Unidades da Federação e outros Países. É saltar de R\$1 bilhão de investimentos com recursos do Tesouro para 3 bilhões e 700; é algo espetacular, e acho que todos devemos estar imbuídos no espírito e trabalhando para que isso de fato possa ocorrer. Este é o meu trabalho diário na Secretaria da Fazenda, com todos os meus assessores.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Como último orador inscrito, Deputado Rasca Rodrigues.

**DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV):** Boa tarde, Mauro Costa. Às vezes, Secretário, me perguntam: “- Como é o Secretário?” Eu não o conheço no seu dia a dia, mas tenho, depois desse tempo todo, dessa sua estada aqui no Paraná, dito que é o *Mauro necessário*. É o *Mauro necessário*, porque cortou desperdício da máquina pública - não comemoro os cortes das obras, mas é melhor cortar do que não pagar - e com esse reequilíbrio que o Estado está encontrando neste momento, estamos vendo a retomada das obras. O Estado não é o único indutor do desenvolvimento, mas é um indutor importante. Então, realmente se saltarmos de um bilhão para três bilhões, temos muito a comemorar. Fiz um requerimento nesta Casa para a Secretaria de V.Ex.a - foi respondido - sobre a tributação dos agrotóxicos. Como o senhor sabe, a minha área é a área ambiental, defendo a agricultura orgânica, a agricultura agroecológica, e imaginava tentar, em um determinado momento, conversar com o senhor e com o Governo, no sentido de pegar um percentual do imposto do agrotóxico e colocar isso como um incentivo à agroecologia, e solicitei a Secretaria de V.Ex.a as informações de quanto que esse setor, que é bilionário, que movimenta centenas e milhões de reais do nosso Estado, arrecada, e a minha surpresa foi que no ano de 2015 foram R\$126 mil. Então, não consigo entender, não tributamos o agrotóxico que mata, e tributamos o remédio que salva vidas. Não consigo entender essa equação. E como V.Ex.a tem enfrentado alguns setores, não só na iniciativa privada, mas também nos setores públicos, gostaria de me somar a V.Ex.a no sentido de fazermos essa briga, porque se o senhor pegar dez anos atrás, 20 anos atrás, a dosagem de uso de agrotóxico multiplicou por 20. Significa que podemos estar hoje usando agrotóxico demais porque deve custar barato, porque se talvez eleváramos uma carga, podemos até racionalizar o uso, porque com o trato fitossanitário já demonstramos com o agricultor que ele pode economizar 30% no uso desses agrotóxicos. Como não tem penalização no ponto de vista econômico, não se busca racionalização, e não consegui entender, portanto, como é que esse setor de centenas e milhões de reais/ano paga R\$126 mil de imposto em um ano. Então, a pergunta que faço a V.Ex.a, se poderemos tratar desse assunto e enfrentarmos isso. Sei que o Estado é o Estado do agronegócio, sou agrônomo, mas sei também que se não dermos valor a alguma coisa, caminha-se para o desperdício. Outra pergunta que faço a V.Ex.a é se uma empresa deixa de pagar - e aí perdoe a minha ignorância - dois meses seguidos o imposto, nesses dois meses vem uma multa, ou é dois, ou é três, ou é quatro. Se ele deixar de pagar três, parece que vem outra multa. Quería saber o seguinte: não é renunciar receita, mas estamos vivendo um momento crítico da economia. Não tem como pensarmos e dilatar essa multa, em vez de ser dois meses passar para quatro meses, ou ao invés de ser seis meses passar para um ano? Da multa, não do valor. Da multa. Porque acho que isso ajudaria naquilo que falou aqui principalmente o Deputado Pauliki, no sentido de fazer fluxo de caixa, no sentido de que as empresas não se migrem para a sonegação, para tratar exclusivamente da multa que a Receita coloca para quem não recolhe o imposto, se não me falha a memória, dois meses seguidos. Então, essas duas questões coloco para a V.Ex.a

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Bem, com relação à questão do agrotóxico, não há isenção no comércio de agrotóxico. O que há é um diferimento da tributação do ICMS do agrotóxico no produto final. Então,

se o agricultor compra o agrotóxico, ele compra com um diferimento do ICMS. O problema é que se você cobrar o ICMS na entrada, ele vai se creditar daquele imposto, e logicamente na saída, se você não der a isenção, aquilo vai aumentar o preço final do bem. Mas estamos abertos à discussão em relação a este ponto, não há qualquer objeção a uma discussão em relação a este assunto, lembrando bem que não há isenção de agrotóxico, e sim o diferimento da cobrança do imposto na saída do bem final utilizado: do arroz, do feijão, do trigo, do milho, etc., que esses bens saem com isenção. No que se refere à questão da multa, as multas existem para evitar um estímulo à inadimplência, porque você registra que deve, agora, se eu pagar daqui a três meses, vou pagar só com a correção monetária, logicamente é um estímulo a inadimplência. Daí, logicamente temos que lembrar que esse dinheiro não pertence ao Estado, pertence ao povo; esse dinheiro que entra, vai para a educação, saúde, segurança pública, então, a sonegação e a inadimplência leva a uma redução do aporte de recursos às áreas extremamente importantes, principalmente neste momento de crise econômica, onde há uma ampliação das demandas por serviços públicos, por conta da queda da renda da população. Então, tem que tomar muito cuidado em relação a isso, para que não demos um tiro no próprio pé, resolvamos a questão de uma, ou de duas, ou de três indústrias, e criemos um problema para milhares ou milhões de escolares, de pessoas que usam os serviços públicos aqui no Estado do Paraná.

**DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV):** Secretário, eu não sei, não é a minha área, mas o que percebo onde frequente é que não há distinção e não há setores, hoje, que estejam numa ilha de prosperidade. Não conheço esse setor. A realidade econômica que está ali fora, que me impressiona todo dia, é outro. Então, não estou tratando, não. Se estivéssemos falando disso há três, quatro anos, crescendo a três, 4%, como já cresceu o Estado aqui a 6%, não. É de um ano, por exemplo, de uma medida de um Governo. Não. "Neste ano vamos tomar esta medida, que esta medida vai resguardar". Na multa. Não estou dizendo aqui que a pessoa tem que deixar de pagar o imposto. Por quê? Porque às vezes pode ser uma crise semestral, pode ser uma crise bimestral. Estou achando que essa multa não é significativa no ponto do recolhimento do Estado, porque se todo mundo estiver pagando, não tem multa. A multa começa a vir, não sei se isso também é representativo hoje, quando a economia não está no seu desempenho desejado. É o nosso caso. Estamos numa crise e não somos uma ilha, apesar de o Paraná estar respondendo muito melhor que outros Estados. Isto é inegável. Na questão dos agrotóxicos, não consigo entender quem é que está ganhando este imposto, se é o Governo Federal ou se é o Governo Estadual, porque se entra seis e sai seis, o que é que estamos ganhando com isto? Nada. Cento e vinte e seis mil de centenas de milhões e milhões de reais que são consumidos aqui no nosso Estado, gerar 126, não sei quem está ganhando. Quem é que está ganhando? Eu não consigo entender, porque para comprar o remédio, a dona de casa, a viúva, o aposentado, pagam ICMS, pagam imposto; agora, o agrotóxico, que está matando nossos rios, está contaminando nosso solo, eles são isentos. O Governo Federal também isentou. Não tem! É isenção total! Então, é um assunto que gostaria, se o senhor tiver abertura para discutir, de encontrarmos uma forma para que isso não pareça algo gracioso, benéfico, como se isto não trouxesse nenhum malefício na alimentação, no impacto dos nossos rios, na nossa produção, que já está provado que é desnecessário. Hoje a soja de Ponta Grossa, a soja natural, a soja não transgênica, é a soja que é procurada pelo mundo, e Ponta Grossa está vendendo a um preço super acima da soja transgênica, e estamos aí, colonizados pela soja transgênica. Somos colonizados, porque são quatro empresas no mundo. É um País...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Para concluir, Deputado.

**DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV):** O País que tem uma vastidão de terras, de produção, nas mãos de grandes empresas multinacionais, que entram aqui sem pagar imposto, Deputado Elio Rusch, o senhor que defende o agronegócio. Eu defendo o agronegócio, mas não vou nunca defender essas empresas que não pagam nenhum tostão de imposto para o Estado, enquanto que a dona de casa, o aposentado, têm que pagar imposto para comprar remédio para se salvar.

**SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Bem, acho que esta questão da tributação do setor agrícola é algo muito sensível aqui no Estado, até porque o Estado, grande parte da sua economia depende do setor agrícola. Tributar o setor agrícola é algo que realmente propiciaria um grande debate aqui no Estado, o mesmo setor agrícola que usa agrotóxico, porque na realidade estamos falando de créditos em relação à aquisição de agrotóxicos. Então, precisamos avaliar a forma de fazer isso, mas acho que é um debate importante, Deputado. Sou aberto para discutir o assunto e ver de que forma pode-se imibir o uso de agrotóxicos, mas logicamente mantendo a competitividade do setor, preservando a competitividade do setor. Não adianta retirar um insumo e perder competitividade. Aí cria, logicamente, uma situação muito ruim para o Estado do Paraná. Mas estamos abertos para discutir em relação a isso. A multa, na realidade, inibe a inadimplência do principal. O problema não é a multa; o problema é o principal. O sujeito não tem multa, porque tem uma postergação do pagamento da multa; é o estímulo ao não pagamento do principal. A multa existe para preservar o pagamento do principal, e não por conta da receita adicional em relação à multa. Então, é uma preocupação grande. Qualquer mexida na multa, retirada, dosagem ou postergação, significará, na prática, um aumento de inadimplência em relação ao recolhimento do principal, e o principal é algo que afeta diretamente à população do Estado do Paraná. Temos uma preocupação, e todos temos: o Governo, o Parlamento, em relação a isso, mas em relação a agrotóxicos, estamos abertos a discutir, que seja uma política tributária em relação a este setor, desde que, logicamente, preserve a competitividade da indústria em questão.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Agradeço a todos os servidores, funcionários da nossa Secretaria da Fazenda que aqui vieram colaborar com esta Audiência Pública, e da mesma forma também agradeço ao nosso Secretário da Fazenda, Mauro Ricardo, pela atenção dispensada a todos os Srs. Deputados. Encerro a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 29, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 433/2015, 610/2015, 685/2015 e 819/2015; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 488/2015, 796/2015 e do Projeto de Resolução n.º 38/2015; e Discussão Única dos Vetos n.ºs 7/2015, ao Projeto de Lei n.º 261/2015; 8/2016, ao Projeto de Lei n.º 217/2015 e 10/2016, ao Projeto de Lei n.º 69/2015.

**"LEVANTA-SE A SESSÃO".** (Sessão encerrada às 17h32, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução n.º 1 de 1.º/3/2005, Regimento Interno.)

15245/2016

## Processo Legislativo

### Comissões Permanentes

#### 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18.ª LEGISLATURA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às dez horas, na Sala de Reuniões das Comissões, foi realizada reunião conjunta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - da Violência contra a Mulher, por tratarem de assuntos correlatos. Estavam presentes as Deputadas: Cantora Mara Lima, Claudia Pereira e Cristina Silvestri, e o Deputado Professor Lemos, todos membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Como convidados da CPI da Violência contra a Mulher estiveram presentes: Doutora Silvia Cristina Xavier, representando a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Doutora Maria Cristina, representando a Secretaria de Estado da Saúde; Senhora Terezinha Ramos, representando a Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social; Doutora Mariana Bazzo, representando o Ministério Público; e Doutora Eunice Bonone, Delegada de Polícia Civil do Paraná. Iniciou-se a reunião sob a presidência da Deputada Cristina Silvestri, oportunidade em que a Deputada Cantora Mara Lima, Relatora do Projeto de Lei n.º 145/2015, que institui o Programa de Mamografia Móvel no Estado do Paraná, Programa Mamóvel, apresentou seu parecer favorável. Colocado em votação pela Senhora Presidente, o parecer foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a Deputada Cantora Mara Lima reasumiu a presidência, dando continuidade à reunião, cujo conteúdo está relacionado nas notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar sobre a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a Senhora Presidente mandou lavrar a presente Ata, que vai assinada por mim, Luciene Adammi Matozo, e pela Senhora Presidente, Deputada Cristina Silvestri. Sala das Comissões, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

Deputada **CRISTINA SILVESTRI**  
Presidente (*ad hoc*)

**LUCIENE ADAMMI MATOZO**  
Secretária

15246/2016

### Comissões Especiais

#### 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

#### ATA DE ENCERRAMENTO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, as quatorze horas e quinze minutos, reuniu-se na sala da Presidência anexa ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Violência contra a Mulher, com um único item em pauta: aprovar o relatório final da Comissão. A reunião foi presidida pela Deputada Cantora Mara Lima, Presidente da CPI contando com a presença dos componentes da CPI abaixo assinados. O relatório final foi apresentado pela Deputada Maria Victoria, relatora da referida Comissão. Deste relatório faz parte toda a documentação apresentada pelas autoridades que participaram da CPI com muita riqueza de detalhes. Fez parte do relatório final, inclusive, o Requerimento que foi apresentado no dia anterior, vinte e dois de fevereiro, no Plenário desta Casa, sugerindo aos Poderes Constituídos do Estado a criação do programa Botão do Pânico, com o objetivo de aumentar a proteção para as mulheres que denunciam a violência contra elas. O relatório foi aprovado por unanimidade dos presentes, sendo que a senhora Presidente pediu o registro em ata de um voto de congratulações para a Deputada Maria Victoria, relatora da CPI, pelo brilhante Relatório Final. Dessa forma foi considerada como encerrada a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Violência contra a Mulher. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente pediu que fosse lavrada a presente ata que será assinada por mim, Luciene Adammi Matozo, secretária, e pela senhora Presidente Deputada Cantora Mara Lima.

Sala das Comissões, em 23 de fevereiro de 2016.

Deputada **Cantora Mara Lima**

**Luciene Adammi Matozo**

Presidente

Secretária

15248/2016

## Publicações Administrativas

### Atos de Pessoal

Portaria n.º 01/2016 DG – 18.ª Legislatura

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições legais contidas no artigo 8º do Decreto Legislativo n.º 52, de 27 de março de 1984, e tendo em vista o disposto no artigo 314 da Lei Estadual n.º 6.174, 16 de novembro de 1970,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** com a finalidade de apurar as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do protocolo nº 530/2016.

Art. 2º. Para o cumprimento ao disposto no artigo anterior, designo para compor a Comissão de Processo Administrativo os seguintes servidores efetivos: **Hestevard Martin** (matrícula n.º 40.059) na condição de Presidente, **Eli Hannemann** (matrícula n.º 41.002) e **Marcelo Eduardo Pienaro Christostomo** (matrícula n.º 40.258), na condição de demais membros.


Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos.

Palácio XIX de Dezembro, em 29 de fevereiro de 2016.

Roberto Costa Curta  
Diretor Geral


15249/2016



**Sistema de Publicações Oficiais**

**Mais segurança,  
mais agilidade e economia.  
Modernidade ao alcance de um clique.**

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)




**Diário OFICIAL Executivo**  
Poder Executivo Estadual  
Ano XCIX

Edição Digital nº 8621 | 15 páginas  
Curitiba, Segunda-feira, 02 de Janeiro de 2012

Sumário	
Poder Legislativo	Especial para Assunto
Poder Executivo	Especial de Relação
Chefe de Gabinete do Governo	Fazenda
Casa Civil	Indústria, Com.
Casa Militar	Justiça, Cív.
Procuradoria Geral do Estado	Med. An.
Tribunal de Justiça	Int.
Tribunal de Contas	
Secretarias de Estado	
Legislação e da Presidência	
de Abastecimento	
de Ensino Superior	

**Autenticação Digital**

**A informação oficial do estado, certificada digitalmente.**

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)

